



**Universidade de
Aveiro
2017**

Departamento de Línguas e Culturas

**Ricardo Filipe Tavares Pereira Campos A Tradução de habilitações de herdeiros e de
testamentos: levantamento terminológico-discursivo
e estudo comparativo PT-EN**



**Ricardo Filipe Tavares
Pereira Campos**

**A Tradução de habilitações de herdeiros e de
testamentos: levantamento terminológico-discursivo
e estudo comparativo PT-EN**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada – Ciências Jurídicas, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

Ao meu Pai, à minha Mãe, à minha Tia e à minha Tia

O júri

Presidente

Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Cláudia da Silva Amaral Santos
Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (arguente)

Prof. Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

Agradecimentos

Do culminar de cinco anos de esforço resulta este documento, que conta com o apoio de inúmeras pessoas. Sem elas, esta dissertação seria só um projeto, nunca acabado.

À minha família, que sempre apoiou a minha escolha de percurso universitário, que tolerou quando decidi desistir e me tornou a apoiar quando voltei à raiz.

À minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiaram independentemente das minhas escolhas ao nível universitário e por tudo o resto, um muito obrigado.

Às minhas duas tias mais presentes ao longo do meu percurso pessoal e universitário, igual obrigado por terem desempenhado um papel semelhante a mãe.

Aos vários professores do Departamento de Línguas e Culturas que me inspiraram sede pelo conhecimento e um especial obrigado à Professora Doutora Maria Teresa Roberto pela paciência, amizade e pelo apoio prestado ao longo desta dissertação.

Aos meus colegas e meus iguais, por terem ouvido ideias e debatido conteúdos quando necessário, um igual obrigado.

Palavras-chave

tradução, testamento, habilitação de herdeiros, contexto de cultura, contexto de situação, terminologia, análise textual

Resumo

O presente trabalho visa analisar o papel do testamento e da habilitação de herdeiros enquanto necessidade de comunicação *post mortem*, sendo meticulosamente pautado pelo aspeto cultural que o reveste.

Trabalhando dentro do par de línguas português-inglês, procede-se a uma fundamentação teórica de tradução e a uma contextualização histórica dos documentos, de forma a melhor ilustrar os seus papéis na sociedade. Entra-se depois numa fase de análise documental e comparativa, passando igualmente por uma vertente de levantamento terminológico-discursivo, que pretende identificar – e resolver – questões potencialmente problemáticas que poderão assomar o tradutor que se aventure nesta tipologia textual. Espera-se, portanto, dar um contributo pessoal para o desenvolvimento de metodologias para melhor traduzir dentro do âmbito do testamento e da habilitação de herdeiros.

Keywords

translation, last will, testament, entitlement of heirs, context of culture, context of situation, terminology, textual analysis

Abstract

This dissertation proposes to analyse the role of a last will and testament and of an entitlement of heirs as a means of *post mortem* communication, meticulously shaped by its own cultural aspect.

Working within the Portuguese-English language pairing, we start by giving a theoretical background on translation, moving on to an historical context for the documents at hand, so as to better show their role in society. We then carry out a textual and comparative analysis section, followed by a terminological and discursive analysis phase that intends to identify – and solve – potentially problematic issues that may face the translator. As such, we hope to give a personal contribution to the development of methodologies to better translate testaments and entitlements of heirs.

A Tradução de habilitações de herdeiros e de testamentos
Levantamento terminológico-discursivo e estudo comparativo
PT-EN

Índice

Introdução	1
Fundamentação teórica	7
1.1. Abordagem de Tradução	9
1.2. Tradução funcional e equivalência	13
1.3. Relevância e comunicação de especialidade	16
1.4. Análise de género, contexto de situação e de cultura	17
Contextualização histórico-legal do testamento	21
2.1. Papel na sociedade e carácter religioso	23
2.2. Habilitação de herdeiros	28
2.2.1. A figura do cabeça-de-casal	32
2.2.2. A questão do inventário orfanológico	36
Análise documental	39
3.1. Documentos em português	41
3.1.1. Habilitação de herdeiros 1	42
3.1.2. Habilitação de herdeiros 2	47
3.1.3. Habilitação de herdeiros 3	51
3.2. Documento em inglês	54
3.2.1. Testamento	55
3.3. Diferenças culturais e documentais	66
Aspeto terminológico e análise discursiva	67
4.1. Levantamento terminológico-discursivo	70
4.2. Propostas de resolução de problemas	74
Considerações finais	81
Bibliografia	85
Anexos	89
Anexo I – Folha de rosto de inventário orfanológico	91
Anexo II – Página exemplificativa do teor do inventário orfanológico	92
Anexo III – Habilitação de herdeiros 1	93
Anexo IV – Habilitação de herdeiros 2	97
Anexo V – Habilitação de herdeiros 3	101
Anexo VI – Testamento em inglês	104

Índice de Figuras

Figura 1 - Fluxograma de estratos de contexto.....	18
Figura 2 - Sondagem de 1664 escrituras testamentárias nos livros do Registo Paroquial entre 1720 e 1820 (Durães, 2004)	26
Figura 3 - Cabeçalho da folha de rosto da habilitação de herdeiros 1.....	42
Figura 4 - Início da construção frásica (Página 1).....	43
Figura 5 - Custo da primeira habilitação de herdeiros (Página 1).....	43
Figura 6 - Tipo de folha utilizado (Página 2).....	44
Figura 7 - Contexto de situação (Página 2).....	44
Figura 8 - Os poderes do notário. Secções diferentes do mesmo documento. (Página 2)	45
Figura 9 - Ambiguidade no nome (Página 2)	45
Figura 10 - Validação dos herdeiros (Página 4).....	46
Figura 11 - Exemplo de início de narrativa (Habilitação 1, página 2).....	47
Figura 12 - Exemplo de início de narrativa (Habilitação 2, página 2).....	47
Figura 13 - 3 exemplos distintos de descrição de casamento (Página 3).....	47
Figura 14 - Indicação da última residência habitual do falecido (Página 3).....	48
Figura 15 - Passagem comprovativa de que não foi deixado testamento (Página 3)	48
Figura 16 - Indicação de arquivamento (Página 4).....	49
Figura 17 - Leitura em voz alta dos conteúdos da habilitação (Página 4)	49
Figura 18 - Exemplos de erros na primeira (Páginas 3 e 4) e segunda habilitação (Página 4)	50
Figura 19 - Figura do declarante (Página 2)	51
Figura 20 - Cabeça-de-casal (Página 2).....	51
Figura 21 - Verificação da identidade do declarante (Página 2)	51
Figura 22 - Indicação explícita de maioridade (Página 3).....	52
Figura 23 - Pena aplicável perante dolo (Página 3).....	52
Figura 24 - Indicação temporal da leitura integral dos conteúdos (Página 3)	53
Figura 25 - Tomada de posse do testamento e revocação (Página 1)	55
Figura 26 - Indicação de género (Página 1)	56
Figura 27 - Exemplo de indexação do conteúdo (Página 2)	57
Figura 28 - Prova de que permanece dentro da Lei (Página 3).....	57
Figura 29 - Direito a honorários (Página 4)	58
Figura 30 - Exemplo de poder do testamenteiro (Página 5)	59
Figura 31 - Poder supremo de decisão dos testamenteiros (Página 6)	59
Figura 32 - Salvaguarda dos testamenteiros (Página 6).....	60
Figura 33 - Linha orientadora para a divisão da herança (Página 7).....	61
Figura 34 - Indicação de que os filhos legítimos sucedem ao herdeiro original (Página 8)	61
Figura 35 - Utilização do feminino (Página 8)	62
Figura 36 - Exemplo de motivos para despojar os testamenteiros do cargo (Página 10).....	63
Figura 37 - Salvaguarda legal da herança unicamente para a herdeira (Página 11).....	64
Figura 38 - Indicação da presença simultânea das testemunhas e da testadora (Página 12)	65

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Máximas de conversação	11
Tabela 2 - Variáveis para uma tradução funcional, de acordo com Pinto (2001)	14
Tabela 3 - Aspectos de análise de contexto (Fenton-Smith, 2005)	19
Tabela 4 - Ramos de Direito abordados neste trabalho	23
Tabela 5 - Levantamento terminológico-discursivo em português	71
Tabela 6 - Levantamento terminológico-discursivo em inglês	73
Tabela 7 - Propostas de solução para alguns candidatos a termo	80

Introdução

O ato de Tradução é inseparável do conceito de Cultura, na maioria dos géneros textuais: é da harmonização dos textos de acordo com as culturas contempladas que resulta um texto verdadeiramente eficaz. Tendo em conta, por um lado, o género textual do testamento e da habilitação de herdeiros e a sua validade legal numa dada cultura, e, por outro, a tentativa, por via da tradução, de enquadrar o texto de chegada na cultura em que irá circular, surgem vários dilemas e algumas áreas problemáticas. Tudo isto vem ao encontro do trabalho do tradutor, nunca terminado, de encontrar a melhor solução possível para qualquer situação. Constitui objetivo desta dissertação abordar o testamento e a habilitação de herdeiros enquanto instrumentos culturais e como resolver situações únicas e inerentes à tradução deste tipo de texto, bem como fazer um levantamento terminológico-discursivo de alguns problemas presentes neste género textual.

Tal objetivo passa igualmente por uma abordagem teórica que pretende analisar o trabalho prévio de outros autores na área da Tradução (Chesterman e Wagner, 2002) e aplicar essa teoria ao objeto de estudo – o testamento/habilitação de herdeiros – dando, portanto, um contributo pessoal à área, nomeadamente na tentativa de apresentar metodologias para a tradução deste género textual. Ao longo do trabalho de dissertação irei abordar os conceitos de tradução funcional e contexto de situação, procedendo depois ao levantamento de alguns candidatos a termo para demonstrar o processo de tentar encontrar equivalentes. Irei igualmente proceder a um levantamento das formas discursivas mais presentes no meu Corpus de trabalho, de forma a completar o levantamento terminológico com uma análise discursiva.

O objetivo principal inclui a realização de um estudo comparativo, feito através do par de línguas português-inglês, em que irei analisar a base histórica do testamento e da sua função na sociedade, de forma a contextualizar o trabalho (Durães, 2004), procedendo a um levantamento e análise de exemplos relevantes, a partir dos quais espero poder enunciar conclusões. De igual modo, irei contextualizar juridicamente a habilitação de herdeiros, a qual assume o lugar do testamento quando este não existe.

Mesmo sendo o objeto principal do trabalho o estudo comparativo entre o testamento e a habilitação de herdeiros em português e em inglês, o objetivo secundário do breve levantamento terminológico-discursivo ir-me-á permitir acompanhar a teoria com elementos pragmáticos, fruto do trabalho propriamente dito na área.

Há ainda o facto de que a maioria dos testamentos e habilitações de herdeiros são escritos por pessoas especializadas na área – advogados e notários – sendo que o testamentário só comunica a sua vontade mas não a chega a escrever. Este aspeto é especialmente relevante, visto que se irá tratar, no fundo, de uma comunicação entre especialistas acerca da vontade de uma terceira pessoa, uma vez que quem o irá ler será muito provavelmente um par de quem o escreveu. Pretendo igualmente abordar este tópico de emissor – recetor ao longo da minha dissertação, dando especial relevo ao facto de se tratar de uma comunicação de especialidade, tendo, portanto, todos os fatores únicos e inerentes a este género textual.

Tendo em conta o testamento e a habilitação de herdeiros enquanto instrumentos culturais e enquanto objetos de ciência jurídica, bem como um leque teórico variado, creio haver elementos suficientes para harmonizar a tradução deste género textual e colocá-lo dentro de uma linha de tradução que se aproxime da funcionalidade e que se prenda com aspetos culturais. Juntamente com o objetivo secundário de fazer um levantamento terminológico-discursivo, julgo ser um contributo para elaborar um trabalho relevante para esta área especializada da Tradução.

Este projeto de dissertação assenta, portanto, numa forte base teórica, em que irá ser necessário contemplar estratégias relevantes nas áreas da Tradução propriamente dita, enquanto operação textual, comunicativa e linguística; da Terminologia, enquanto ciência que ajuda a traduzir melhor e a ter rigor e exatidão num trabalho de tradução; e o testamento e a habilitação de herdeiros como géneros documentais no contexto da sociedade portuguesa (Durães, 2004) e inglesa.

Numa primeira secção, irei abordar o enquadramento teórico pertinente a esta dissertação, trazendo as ideias de tradução funcional, estratégias de tradução, teoria da relevância, comunicação de especialidade, análise de género, contexto de situação e contexto de cultura.

A segunda secção irá fornecer o contexto histórico do testamento, desde a sua origem até aos dias de hoje, passando por um enquadramento jurídico e pela questão da habilitação de herdeiros e como este documento figura no plano do testamento, tocando inclusive no dispositivo do inventário orfanológico.

Segue-se a terceira secção, passando ao contributo pessoal que pretendo dar a esta área. Irei abordar documentos autênticos e fazer a sua análise documental, de forma a elucidar as diferenças entre o testamento e a habilitação de herdeiros, em português e em inglês.

Por último, irei fazer um levantamento terminológico-discursivo na quarta secção, em que irei tentar fornecer soluções para algumas questões. Seguir-se à uma secção com considerações finais relativas ao trabalho elaborado.

Fundamentação teórica

1.1. Abordagem de Tradução

O conceito de Tradução varia consoante a pessoa que fornece a definição; no entanto, a ideia de que é um processo através do qual se converte uma mensagem numa língua e cultura para outra parece ser universalmente mantida. Creio, portanto, que a melhor definição para Tradução passe por uma explicação e descrição ao invés de palavras objetivas, tal como demonstra Wagner (Chesterman e Wagner, 2002, p. 5). Nesta veia, a autora delimita dois extremos para a tradução:

1) fornece o exemplo de alguém que vai às compras e que não fala a língua em que estão descritos os produtos, sendo a tradução algo vital para entender se se está a comprar sal, açúcar, detergente ou veneno para ratos, porque, enfim, “quem quer tomar o café com veneno de rato?”;

2) fornece o exemplo da tradução de *Oresteia* por Ted Hughes, algo de cariz muito mais erudito.

Wagner faz ainda a ligação entre este último exemplo e algo que vivenciou naquela altura. Estaria a autora a rever algumas trocas entre parceiros quando se deparou com uma tradução para irlandês da expressão inglesa “Languages open doors”. O seu colega havia concluído que a expressão literalmente traduzida teria pouco significado na cultura de chegada, e, portanto, pensou numa alternativa, que se subentende ter sido “Languages open windows”. Foi nesta altura que a sua secretária Irlandesa, que não estava por dentro do assunto, decidiu afirmar que era uma tradução pobre: portas não são janelas. Foi, portanto, feita uma tradução ao nível de Ted Hughes, quando a necessária seria a versão de açúcar ou veneno de rato. A Tradução fica então aqui vista como algo funcional: é preciso ter em conta o contexto em que se irá inserir o texto a ser produzido.

Tendo em conta este último ponto, será igualmente necessário ter em conta o fator cultural dentro desta dissertação. De facto, e indo ao encontro do que foi supramencionado, o aspeto cultural é indissociável da própria língua:

Língua e cultura são atualmente considerados dois aspetos indissociáveis na aprendizagem de uma língua estrangeira. Efetivamente, todos sabem que para se comunicar adequada e eficazmente noutra língua não basta conhecer o seu sistema linguístico, mas é indispensável conhecer toda a componente cultural relativa aos países onde se fala essa língua. (Moreira, 2013, p. 2)

Isto torna-se ainda mais verdade quando nos focamos em textos que se prendem com a cultura da língua de chegada. Irá, portanto, ser necessário contextualizar histórica e rigorosamente as duas culturas a serem aqui tratadas.

Será igualmente interessante mencionar a aplicação da Teoria da Relevância à Tradução, por Gutt, afirmando que

(...) the phenomenon commonly referred to as “translation” can be accounted for naturally within the relevance theory of communication developed by Sperber and Wilson: there is no need for a distinct general theory of translation. (1989, p. 2)

a qual é baseada na Teoria da Relevância comunicacional e pragmática de Sperber e Wilson (2002). Todo este conceito de relevância parte das quatro máximas de conversação que deram origem ao Princípio da Cooperação (Grice, 1975), que estabelece que “[you should] make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged” (p. 45).

As quatro máximas de conversação incluem, portanto, as noções de Quantidade, Qualidade, Relação e Modo:

<i>Quantidade</i>	A categoria de quantidade propõe que uma contribuição deve ser tão informativa quanto necessária e que não deve ultrapassar a dose necessária de informação tendo em conta o contexto conversacional.
<i>Qualidade</i>	A máxima de qualidade afirma que toda a contribuição deve ser verdadeira, e que não deveremos indicar algo que acreditamos ser falso ou para o qual não temos provas suficientes.
<i>Relação</i>	Grice indica aqui somente uma coisa – ser relevante. Pressupondo que o estado e o contexto conversacional vão sendo alterados ao longo da troca de informação, é necessário que os intervenientes se mantenham relevantes.
<i>Modo</i>	Relativo à forma como a informação é transmitida e não necessariamente com o que é dito – evitar a obscuridade de expressão, ambiguidades, ser breve e ordenado.

Tabela 1 - Máximas de conversação

Pegando, portanto, no Princípio da Cooperação e na Teoria da Relevância, será algo a ser entrecruzado com a questão da Tradução enquanto método comunicativo e funcional, especialmente num domínio tão unívoco como as ciências jurídicas.

Sendo que num contexto jurídico toda a comunicação tem de estar de acordo com certas regras e convenções, seja ela de tribunal para tribunal (e.g. carta rogatória) ou entre advogados, um tradutor inexperiente poderá assumir que alguma da informação não se enquadre no âmbito de tradução – informação relativamente às custas de uma certidão ou a omissão de assinatura, por exemplo. No entanto, longe de serem preciosismos, toda esta informação aparentemente acessória reveste-se de importância – deverá ser guardada e preservada o melhor possível. No entanto, isto revela desde logo dois problemas: a) a maneira de apresentar este género de informação poderá ser (será)

diferente de país para país e de cultura para cultura, e b) a informação poderá ser codificada de mais para o recetor (advogado – cliente, tribunal – cidadão), sendo que o conhecimento da informação por parte do destinatário poderá não ser o suficiente para interpretar a comunicação.

Apesar do ponto a) ser um dos maiores desafios, o ponto b) não se irá aplicar necessariamente ao testamento ou à habilitação de herdeiros. De facto, tendo em conta o contexto da comunicação, este ponto é facilmente invalidado. Estes documentos são deixados como uma última vontade da pessoa que o escreveu, tratando-se, portanto, de uma necessidade comunicativa extrema, ao ponto de ser uma das únicas comunicações *post mortem*: este será lido e comunicado só após o emissor falecer.

Será igualmente necessário integrar ainda a teoria do escopo. *Skopos*, palavra grega, significa propósito, e relaciona-se com a tradução na medida em que, de acordo com Vermeer, “the most important criterion guiding the translator’s decisions should be the *skopos*, i.e. the aim or purpose, of the translation process”. (Nord e Vermeer, 2014, p. 1). De acordo com esta teoria, o propósito da tradução será altamente funcional, sendo que qualquer decisão tomada pelo tradutor deverá ter em vista a utilização corrente do documento alvo de tradução dentro da cultura de chegada. De facto, e citando Venuti,

A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer’s personality or intention or the essential meaning of the foreign text [...]. (2008, p. 7)

Se bem que esta citação seja feita no mundo da tradução literária, aplicar-se-á igualmente neste ramo da tradução, visto o tradutor ter de se manter invisível.

1.2. Tradução funcional e equivalência

Passando agora à tradução especializada – isto é, a tradução sujeita às regras de um dado domínio de especialidade – uma questão a abordar num trabalho com este propósito será, sem dúvida, o conceito de tradução funcional, a ser abordado nesta secção, a par com o escopo.

Esta vertente de tradução afirma que a própria função do texto reside na sua utilização, considerando o seu contexto de situação. Não haverá, portanto, uma tradução univocamente correta fora deste contexto (Pinto, 2001). Fala-se, portanto, de equivalência funcional ao invés de linguística: o texto assume-se correto dentro do seu escopo e não da sua periferia, forma ou composição. Dever-nos-emos, portanto, afastar da ideia de normas e princípios – em contraste com as ideias de Chesterman e Wagner (2002) já referenciadas – e entrar sim na ideia de estratégias de tradução.

Assim, a comunicação – neste caso especializada – deverá atentar à sua função e daí decidir qual o método a adotar, de forma a viabilizar o trabalho. Pinto (2001) avança com quatro variáveis para a execução de uma tradução funcional, sendo elas:

<i>Objectives</i>	O texto depende fundamentalmente das necessidades do seu público-alvo, sendo que é ele quem determina o objetivo da tradução. Assim, dever-se-á analisar pelo menos a função do texto, o perfil do leitor, os limites tempo-espaciais do contexto de chegada e o tipo de documento veículo da informação.
<i>Objects</i>	Neste ponto afirma-se essencialmente que a unidade de transmissão de informação terá obrigatoriamente de passar pela palavra escrita, sendo este o método de comunicação preferido.
<i>Contexts</i>	“There exists absolutely no correct translation out of context” (Pinto, 2001, p. 289). De facto, esta frase apresenta o sumário perfeito do conceito de tradução funcional, e este ponto serve para exaltar a necessidade de contexto de situação, o qual irá ser abordado mais à frente.

<i>Strategies</i>	As várias estratégias de tradução deverão ser aplicadas numa perspetiva de processamento de informação, visando substituir uma mensagem na língua de partida com uma outra na língua de chegada, semântica e pragmaticamente equivalente.
-------------------	---

Tabela 2 - Variáveis para uma tradução funcional, de acordo com Pinto (2001)

Entra-se aqui igualmente no domínio da representação cognitiva (a ser abordada mais à frente), que afirma que

(...) a quality translation should offer a certain level of cognitive correlation with the source text [...] in the light of the distance between the source and target contexts. The lesser the intercultural distance, the greater the correlation. (Pinto, 2001, p. 297)

Cimenta-se aqui, então, a separação e a justificação nos termos jurídicos de testamento e de habilitação de herdeiros neste trabalho, os quais irão ser discutidos na secção dedicada à sua contextualização histórico-legal. De facto, se por um lado se fala de equivalência jurídica em matéria de viabilização de herdeiros, em que, à falta deste, a habilitação tão simplesmente substitui o testamento, então o método de tradução de habilitações de herdeiros para o inglês deverá seguir os preceitos enunciados pela cultura de chegada para a adequação cultural e jurídica de testamentos.

O funcionalismo de uma tradução verifica-se, portanto, pela sua pertinência e pelo seu contexto, que deverão formar parte integral da sua própria estratégia tradutológica. A sua qualidade poderá então ser avaliada com base no cumprimento desta função de base.

Entrando no domínio da equivalência, o conteúdo dita se estamos perante um caso de equivalência funcional – tal como já visto – ou se falamos de equivalência formal, que se opõe à funcional. A equivalência formal é aquilo a que Nida (1964, citado em Albir e Molina, 2002) chama de *naturalização*. Sendo que a equivalência funcional propõe uma solução com base no contexto, entrando nas questões já vistas, a equivalência dinâmica e formal - a dita naturalização - pretende, por outro lado, encontrar “the closest natural equivalent to the source language message”. (Nida, 1964, citado em Albir e Molina, 2002). Esta equivalência é, por seu lado, dinâmica porque também vai evoluindo à medida que acompanha o próprio conceito enquanto este sofre alterações.

Nida (citado em Albir e Molina, 2002) introduz também a noção de paráfrase explicativa, dividindo-a em paráfrase legítima e ilegítima. A primeira é uma alteração que torna o texto de chegada mais longo mas que não altera o significado, ao passo que a paráfrase ilegítima torna explícito no texto de chegada aquilo que não o era no texto de partida. A utilidade desta estratégia de utilização de paráfrases reside no facto de oferecer uma solução mais tradutológica que terminológica para a explicitação necessária de alguns termos.

Assim, o papel de tradução especializada reveste-se de importância acrescida face à já importante função do tradutor: a conversão da mensagem do texto de partida terá obrigatoriamente de se enquadrar dentro de determinado padrão, de forma a cumprir rigorosamente o seu objetivo.

1.3. Relevância e comunicação de especialidade

Voltemos, então, à ideia de comunicação. O que é comunicar? Como é que se processa a informação? Tal como indicado por Roberto (2011), comunicar será “to make opinions, feelings, information, etc. known or understood by others, for example, by speech, writing, or body movements; to share or exchange opinions, feelings, information, etc.”. Tendo o escopo em mente, resta saber como é recebida a informação que está, enfim, a ser comunicada. Aqui entramos no domínio cognitivo do recetor da mensagem, que está, de certo modo, a ser interpelado pela informação que lhe chega. Dentro daquilo que o recetor conhece e sabe, seja de base empírica ou de conhecimento adquirido, terá de se estabelecer uma ponte entre o objetivo do texto e o que é expectável do lado do público-alvo; assim, o conteúdo que lhe está a ser veiculado será mais facilmente digerido e aceite como verdade ou como provavelmente verdadeiro.

Inalienável do seu contexto, a comunicação depende inteiramente do seu ponto de partida, das premissas que lhe deram origem: “the context of an utterance is “the set of premises used in interpreting it” (Sperber e Wilson, 1986, citado em Roberto, 2011). Desta forma, a comunicação especializada – neste caso, na área jurídica – deverá exigir o menor esforço possível da parte do leitor, ou seja, deverá ser predominantemente (até inteiramente) relevante, dispensando questões em aberto ou quaisquer ambiguidades. Procedendo deste modo, o tradutor assegura-se de que o que está a ser lido e interpretado é pertinente ao interesse do leitor/recetor.

Tendo igualmente em conta que “in Specialised Communication all information is considered relevant” (Roberto, 2011), existirá, em consequência necessária e direta, menos fator de intromissão das vulgares estratégias de tradução, visto que o método aplicado é mais cirúrgico na sua abordagem ao texto, preocupando-se menos com a questão estilística – evitando adições, omissões e reformulações (Nida, 1964, citado em Albir e Molina, 2002) – mas sim com a própria funcionalidade do texto.

1.4. Análise de género, contexto de situação e de cultura

Um último aspeto a abordar relativamente a um trabalho sobre testamentos e habilitações de herdeiros será o contexto. O contexto define todo um conjunto de fatores a ser tido em conta face à mensagem do texto, os quais passarei a exemplificar. Dada a sua característica marcadamente legal e ao mesmo tempo pessoal, esta temática fica, portanto, sujeita a uma análise de género, de contexto de situação e de contexto de cultura.

O propósito de um testamento ou de uma habilitação de herdeiros é, essencialmente, a comunicação *post mortem*, relatando a vontade da pessoa ou preencher este vazio legal quando não é deixado testamento. No entanto, o próprio tópico de comunicação não é tão simples como poderá aparentar. Segundo Bhatia (2015),

(...) communication is not simply a matter of putting words together in a grammatically correct and rhetorically coherent textual form, but more importantly, it is also a matter of having a desired impact on the members of a specific discourse community [...] (p. 1)

De acordo com esta passagem, mais do que juntar palavras, comunicar é assegurar o impacto pretendido; é tentar compreender o porquê e o como dos membros de uma comunidade comunicarem de uma dada forma (Bhatia, 2015).

Pretendendo analisar a questão de género, chega-se invariavelmente ao tópico de contexto e às dimensões verbais e não-verbais que representam o todo de um texto.

O contexto de situação, muito sumariamente, define o tipo de situação perante, neste caso, o tradutor. O contexto de cultura prende-se com a própria situação, sendo que estabelecem uma relação simbiótica.

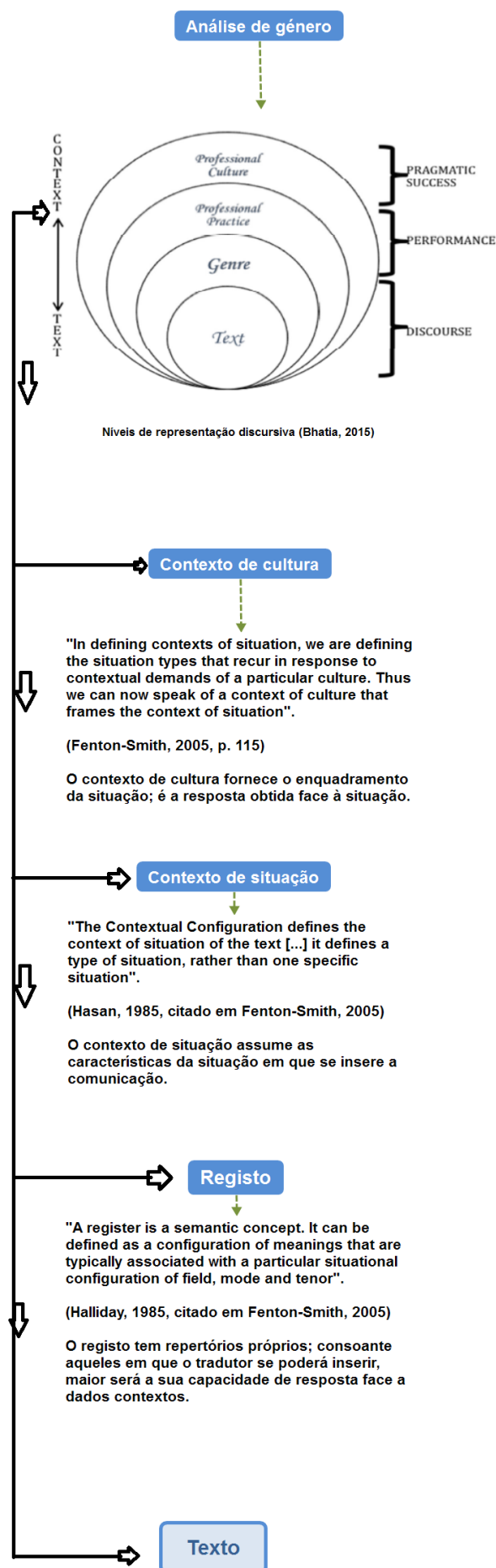


Figura 1 - Fluxograma de estratos de contexto

Fenton-Smith (2005) apresenta algumas noções para melhor conseguir analisar o contexto, fornecendo âncoras teóricas sobre as quais se poderá construir e desenvolver nova teoria de análise do próprio contexto. “What are the elements that the speaker cannot ignore in his/her conception of what is relevant to the interaction?” (p. 111). Para responder a esta questão, a abordagem da Linguística Funcional Sistémica, corrente em que Fenton-Smith se insere, apresenta três vias de análise:

<i>Field</i>	<p>A questão de <i>field</i> descreve a esfera de ação. É aqui que se afirma qual a natureza da interação em questão e qual o objetivo pretendido.</p> <p>É importante, no entanto, saber distinguir objetivo de resultado: o resultado é algo observável, ao passo que o objetivo poderá ser implícito.</p>
<i>Tenor</i>	<p>Este aspeto visa sobretudo os participantes da interação, medindo fatores como quem são os participantes, quais os seus papéis na interação e qual a relação entre eles. Hasan (1985, citado em Fenton-Smith, 2005) fala de poder e de distância social, culminando na descrição de relações hierárquicas ou de igualdade, as quais irão ditar a natureza da relação.</p>
<i>Mode</i>	<p>Por fim, <i>mode</i> prende-se com os fatores de forma, analisando questões como os canais de comunicação – escrito ou oral – e organização textual. Citando de novo Hasan (1985), Fenton-Smith descreve também os papéis da língua na interação, desde esta ser o foco principal da interação (<i>constitutive</i>) ou ser apenas um suporte para a interação (<i>ancillary</i>).</p>

Tabela 3 - Aspetos de análise de contexto (Fenton-Smith, 2005)

Pesando os aspetos desta tabela 3, obtém-se aquilo a que se chama uma configuração contextual (Hasan, 1985, citado em Fenton-Smith, 2005). Esta configuração é, em essência, o contexto de situação, descrevendo um género de situação possível.

Afirmando que um género de situação tem lugar por base em textos, sendo vista pela ótica dos significados de um sistema social (Halliday, 1977, citado em Fenton-Smith, 2005), entramos num novo nível ainda superior ao de contexto de situação. Falando de sistemas sociais estamos a falar de cultura, chegando, portanto, ao contexto de cultura, que vem enquadrar o contexto de situação.

Por conseguinte, como já ficou dito, estabelece-se uma relação simbiótica: “(...) context of culture both determines and is determined by situation types, and context of situation both construes and is construed by the linguistic system.” (Fenton-Smith, 2005, p. 115).

Dado o tipo de situação e o género de expressões e nível de fala que a acompanham, falamos, portanto de registo. De acordo com Halliday, “a register is a semantic concept. It can be defined as a configuration of meanings that are typically associated with a particular situational configuration of *field, mode* and *tenor*” (1985, citado em Fenton-Smith, 2005). Como tal, é o registo que irá pautar qual o nível de linguagem e as expressões a serem utilizadas pelo tradutor.

Em suma, o contexto de cultura e o contexto de situação vão, em par, definir o registo a ser utilizado. Ao interpretar quais os intervenientes numa dada situação, o formato da situação e quais os seus objetivos, podemos chegar a conclusões contextuais que irão funcionar como linha orientadora para o tradutor. No género que me proponho analisar – o testamento e a habilitação de herdeiros – iremos ver que a formalidade expressa e rigorosa, bem como a explicitação minuciosa do mais ínfimo detalhe, estão bem presentes neste género textual.

Contextualização histórico-legal do testamento

2.1. Papel na sociedade e carácter religioso

O rigor e a organização de informação são ambos critérios base para a construção de uma dissertação, razão pela qual é necessário coadunar o conteúdo com o teor do documento. Tendo este objetivo em conta, seria preferível – e até necessário – introduzir uma secção que contextualizasse o *porquê* da informação, e que justificasse a sua inclusão neste trabalho.

Indo ao encontro deste critério, segue, portanto, uma secção exemplificativa e fornecedora de contexto relativamente ao género documental que irei aqui tratar. Pretende-se enquadrar o leitor na função e na pertinência do testamento enquanto instrumento e veículo cultural, procurando responder a várias perguntas: Porque é que apareceu? Quem os escreve? Como se executam?

Comecemos, portanto, por fornecer uma definição para três ramos de Direito que irão ser retomados ou mencionados ao longo deste trabalho.

<i>Direito Natural</i>	Conjunto de preceitos coercitivos destinados a regular, sob o signo da justiça, as relações dos indivíduos entre si ¹ .
<i>Direito Civil</i>	Funda-se na natureza das coisas – isto é, de um modo geral, no ser das realidades a que respeita a ordem jurídica – é, primariamente, na natureza humana ¹ .
<i>Direito das sucessões</i>	Regulamentado pelo Código Civil da República Portuguesa, este ramo do direito regula o seguinte, tal como disposto no Artigo 2024.º deste diploma: Diz-se sucessão o chamamento de uma ou mais pessoas à titularidade das relações jurídicas patrimoniais de uma pessoa falecida e a consequente devolução dos bens que a esta pertenciam.

Tabela 4 - Ramos de Direito abordados neste trabalho

¹ Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política.

Retomando a questão deste documento que lega a última vontade da pessoa, este remonta às mais antigas civilizações do nosso mundo, contando, inclusive, com influência romanista, sendo aí definido como “um instrumento que promove o trabalho e a economia, suscita o amor e a gratidão permitindo a perpetuação da memória e recordação do testador” (Rocha, citado em Durães, 2004). Remonta igualmente à noção de Direito Natural sendo que, no entanto, seria desde sempre regulado pelo Direito Civil para evitar abusos e fraudes.

Este género documental é alvo de pesquisa em França, Espanha e Itália, passando por uma análise e abordagem dos aspetos formais internos e externos. Por outro lado, no nosso país, o primeiro testamento remonta ao final do século XI, altura em que surgiu este ato de última vontade. Nos seus primórdios em Portugal, este documento assumiu o nome de *manda*, noção a qual continuaria a ser utilizada até ao seu lento desaparecimento após o século XIV, por influência do Direito Romano.

A evolução testamentária em Portugal prende-se igualmente com este mesmo século e com a dinastia de Avis, altura na qual surgiram lecionistas formados nas escolas francesas e italianas que, por seu lado, começam a introduzir as instituições jurídicas romanas, que se podem verificar ainda hoje em dia.

De acordo com o pensamento da antiguidade, o testamento cumpre igualmente a função de instrumento que eterniza a memória e a vontade do testador, razão pela qual se tentou, desde logo, incluir esta questão dentro do reino da religião. Assim, a matéria testamentária deveria ser regulada pela própria Igreja, visto tratar-se de matéria mais espiritual que social.

Por outro lado, teve de se criar, desde logo, alguma legislação para controlar a feitura e assegurar o cumprimento deste documento, de forma a garantir a vontade do testador.

Desde os tempos romanos que o Direito Civil entra no testamento para evitar abusos e fraudes, regulando as formas que podiam assumir e garantir a validade. Dado ser a nomeação de herdeiro(s) a principal função testamentária, torna-se este um instrumento fundamental no Direito Civil Romano.

Tal como o império romano, no entanto, muito do que se assumiu como garantido dentro da cultura deste povo foi-se perdendo, à medida que também ele perdia a sua hegemonia no plano mundial. De facto, de acordo com Beirante (citado em Durães, 2004), o substantivo testamento foi sofrendo aquilo a que se chama *barbarização*, vendo o seu significado ser deturpado face ao seu valor original: “o testamento vai sofrer a concorrência da doação *mortis causa* e no período visigótico o testamento contaminado por aquela, é já uma forma híbrida de testamento e doação”. (Beirante, citado em Durães, 2004)

Por outras palavras, enquanto instrumento para execução da memória do testador, e enquanto promovedor de economia e trabalho, o testamento perde-se. Vem a retomar, no futuro, a ideia que ainda hoje associamos a este documento: algo que lega os bens da pessoa a um outro, a um herdeiro.

Por cariz de investigação, foi levado a cabo um estudo relativamente à preferência de testamento face a um período de 100 anos em 12 freguesias rurais de Braga. No total, foram alvo de estudo 1664 escrituras testamentárias, relativas ao período compreendido entre 1720 e 1820, em que se inquiria qual o método adotado para a elaboração de testamento em Portugal.

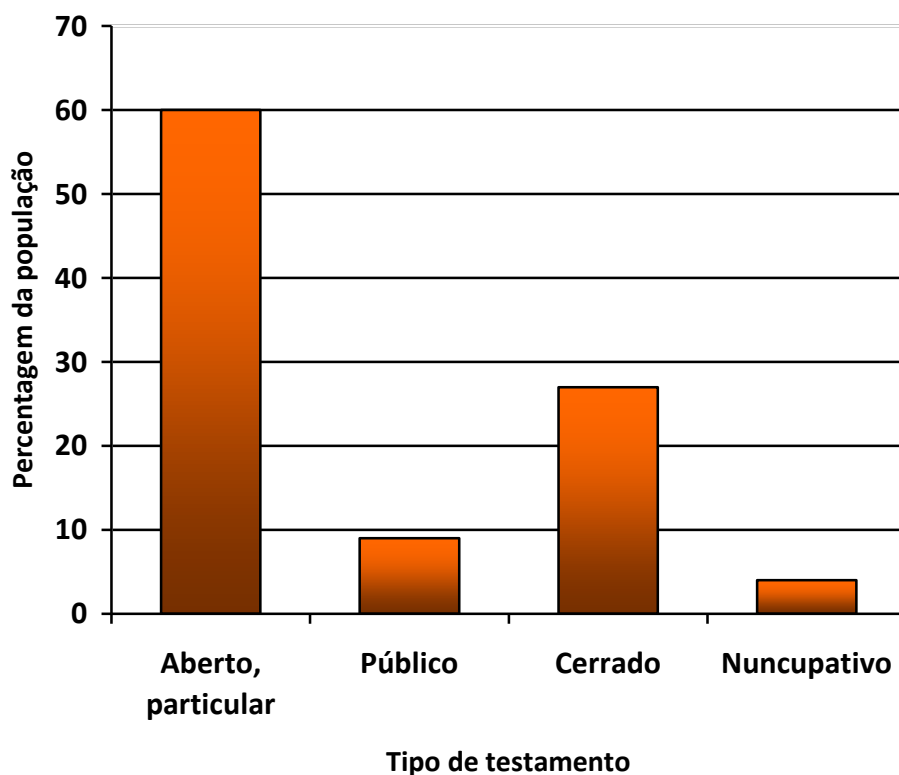


Figura 2 - Sondagem de 1664 escrituras testamentárias nos livros do Registo Paroquial entre 1720 e 1820 (Durães, 2004)

Observa-se nesta figura 2, portanto, que a camada da população estudada prefere o testamento aberto, escrito por mão particular (60%), ou por outro lado testamento aberto público (9%), 27% preferem testamento cerrado e somente 4% vota a favor do testamento nuncupativo, ou seja, o testamento feito de forma puramente oral. Tendo em conta a dificuldade de obtenção de um exemplo de testamento, poder-se-á assumir que ainda hoje em dia é visto como algo de cariz privado. Seria interessante, porventura, renovar este estudo para averiguar a preferência do público português na atualidade.

A índole do testamento enquanto eco de última vontade e, por conseguinte, de uma necessidade de comunicação *post mortem*, prende-se não só com as influências já mencionadas – sobretudo Romana – mas também com o catolicismo.

Enquanto documento precioso para a história das mentalidades e da vertente económico-social de dada época, o testamento cumpre igualmente a função de espelho e reflexo deste mesmo espaço diacrónico, permitindo ao historiador retirar ilações face ao período em que se insere.

Retomando a fonte já elucidada, esta dedica igualmente um capítulo à arquivação e conservação de matéria testamentária. Esta questão tem fundamento para esta dissertação, na medida em que justifica a forma e o conteúdo de alguns documentos – em Portugal – uma vez que poderão ter sido feitos de acordo com o direito civil ou de acordo com a lei eclesiástica.

De facto, e de acordo com Durães, o testamento foi um dos pretextos para a eterna luta de poder entre o Estado e a Igreja, sendo que houvesse quem defendesse o poder eclesiástico nesta questão, pela última vontade se tratar de matéria espiritual, ao passo que o outro lado argumentava que tal deveria ser regido pela “superioridade do poder civil nas relações do Estado com a Igreja” (Durães, 2004, p. 5).

Em inícios do séc. XVIII, o Arcebispo de Braga pelejou pelo uso de um livro de registo de testamentos, fazendo assim com que a parte eclesiástica do processo de testamento viesse fazer par com a lei vigente, encontrando um meio comum para ambas as partes.

Entrando num último ponto de contextualização, será importante mencionar o papel dos serviços de registo e notariado dentro da ação testamentária. Na atualidade, o notário detém o poder de elaborar testamentos e de os guardar em sua posse até à altura em que deverão ser executados, serviço o qual, é claro, acarreta um custo ao testador.

2.2. Habilitação de herdeiros

A questão da habilitação de herdeiros verifica-se pela inexistência de matéria testamentária do defunto, passando, neste caso, por ter de existir uma averiguação dos legítimos herdeiros da pessoa falecida.

Esta função de averiguação assume, portanto, o papel do testamento das civilizações de outrora. Sendo verdade que não é revestido do carácter religioso e carecendo do carácter cultural já visto do testamento, é, ainda assim, uma salvaguarda legal para a divisão de heranças.

De acordo com o Jurislingue, por parte do Gabinete de Documentação e Direito Comparado,

Uma habilitação de herdeiros traduz-se numa escritura pública que consiste na declaração do cabeça de casal ou de três testemunhas, de que determinadas pessoas são herdeiros (os habilitandos) do falecido (o *de cujus*, autor da herança) e não há quem com eles concorra ou prefira na sucessão.

Trata-se, portanto, de uma necessidade de Direito Civil, regulamentada pelo Código de Registo Civil (CRC), na Divisão II, dedicada às habilitações de herdeiros, e pela Subsecção VII, Divisão I do mesmo diploma, que contam com os artigos que passo a enunciar:

Artigo 210º-O

Objecto e efeitos da habilitação de herdeiros

- 1 - A habilitação de herdeiros [...] tem por objecto a declaração, prestada pelo cabeça-de-casal [...], de que os habilitandos são herdeiros do falecido e de não existir quem lhes prefira ou com eles concorra na sucessão.
- 2 - ...
- 3 - ...

Este primeiro artigo fundamenta exatamente a habilitação propriamente dita, enunciando claramente que o seu propósito é averiguar quem são os herdeiros do falecido.

210º-Q

Impugnação da habilitação

- 1 - Se algum herdeiro preterido impugnar judicialmente a habilitação de herdeiros, deve solicitar a imediata comunicação da pendência do processo a qualquer conservatória do registo civil, que procede ao respectivo averbamento.
- 2 - ...

Por outro lado, o art. 210º-Q delimita a ação judicial em relação à impugnação da habilitação por parte de um herdeiro, interrompendo, assim, o processo em causa.

210º-H

Procedimento de partilha e registos

- 1 - O procedimento de partilha e registos só é realizado quando, em momento anterior, tiver ocorrido a habilitação de herdeiros.
- 2 - No âmbito do procedimento de partilha e registos, o serviço de registo procede aos actos referidos no n.º 1 do artigo 210.º-F, com as necessárias adaptações, com excepção dos previstos nas alíneas b) e c), caso a participação prevista nesta última alínea já tenha sido efectuada.
- 3 - Caso a participação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 210.º-F ainda não tenha sido efectuada, a mesma deve ser realizada no âmbito do procedimento.

Um dos artigos fundamentais à operação do documento em questão, este artigo fundamenta a partilha propriamente dita dos bens do falecido, nomeadamente na medida em que só se irá partilhar o que resulta do inventário após a habilitação ter sido efectuada. Isto reveste uma questão importante por nos fornecer um dado temporal

relevante à escrita do documento, permitindo assim que o tradutor adeque o texto face à sua função.

210º-F

Procedimento de habilitação de herdeiros, partilha e registos

- 1 - No âmbito do procedimento de habilitação de herdeiros, partilha e registos, o serviço de registo procede aos seguintes actos, pela ordem indicada:
 - a) Elaboração dos documentos, de acordo com a vontade dos interessados, que titulam a habilitação de herdeiros e a partilha, seguida da leitura e explicação do respectivo conteúdo;
 - b) Menção da habilitação de herdeiros no assento de óbito do falecido;
 - c) ...
 - d) ...
 - e) ...
 - f) Registo obrigatório e imediato da transmissão dos bens imóveis, ou móveis ou participações sociais sujeitos a registo partilhados;
 - g) Entrega de certidão gratuita dos documentos previstos na alínea a) e dos registos efectuados, bem como dos comprovativos de pagamento das obrigações tributárias, dos emolumentos e dos demais encargos.
- 2 - ...

Este artigo descreve os documentos a elaborar aquando do procedimento de habilitação de herdeiros, o que fundamenta que haja tradução dos mesmos – é a matéria-prima a ser tratada – e que surjam os eventuais problemas da própria tradução. Fornece igualmente um olhar jurídico que afirma que este registo é obrigatório para a transmissão de bens e que será emitida uma certidão a par com os documentos, algumas das quais serão analisadas na secção da análise documental.

210º-A

Objecto, procedimentos e competência

- 1 - Os procedimentos simplificados de sucessão hereditária visam a promoção dos actos de titulação, registo e garantia do cumprimento de obrigações fiscais

respeitantes à sucessão hereditária.

2 - Os procedimentos simplificados de sucessão hereditária são os seguintes:

- a) Procedimento de habilitação de herdeiros, partilha e registos;
- b) Procedimentos de habilitação de herdeiros com ou sem registos;
- c) Procedimento de partilha e registos.

3 - O procedimento simplificado de sucessão hereditária que inclua partilha só pode ser realizado se na herança existir algum bem imóvel, ou móvel ou participação social sujeitos a registo.

4 - ...

5 - ...

6 - ...

Por outro lado, este artigo, relativamente longo, visa atingir o propósito do documento, indicando a forma de agir para garantir as obrigações fiscais da herança. No entanto, o ponto 2 expande os pontos a serem observados durante a tramitação, e o ponto 3 indica quando é que este procedimento dito simplificado é passível de execução.

202º-A

Menção da habilitação de herdeiros e do processo de inventário

1 - Independentemente da forma da sua titulação, a habilitação de herdeiros é mencionada no assento de óbito do falecido, por meio de cota de referência que especifique a data, a forma de titulação e a identificação do título.

2 - ...

Por fim, o artigo 202º-A vem afirmar que a habilitação de herdeiros é sempre mencionada nas certidões de óbito do *de cujus*, provando, mais uma vez, a necessidade de rigor na tradução deste género textual.

2.2.1. A figura do cabeça-de-casal

Uma outra questão que se prende igualmente com a habilitação de herdeiros, tal como se pode verificar aquando dos artigos supramencionados, é a figura do cabeça-de-casal. Dentro do processo de habilitação, chama-se cabeça-de-casal à pessoa que é dotada de poder para tomar decisões em nome dos herdeiros.

Tal como ficou visto, o procedimento de habilitação de herdeiros é profundamente burocrático. A pessoa que detém o maior poder durante a tramitação terá, igualmente, de sofrer igual controlo e escrutínio por parte da lei vigente, refletida ao longo de determinados artigos dentro do já mencionado Código de Registo Civil (artigos iniciais aqui mencionados) e do Código Civil da República Portuguesa.

210º-B

Legitimidade

Só o cabeça-de-casal, seu representante legal ou mandatário têm legitimidade para promover os procedimentos simplificados de sucessão hereditária.

210º-O

Objecto e efeitos da habilitação de herdeiros

1 - ...

2 - ...

3 - ...

Este artigo foi já visto na secção dedicada à habilitação de herdeiros mas realça-se novamente por introduzir a figura do cabeça-de-casal. A este, acresce o artigo B que delimita um dos poderes desta nova figura.

Código Civil
Capítulo VIII
Administração da herança

2079º

Cabeça-de-casal

A administração da herança, até à sua liquidação e partilha, pertence ao cabeça-de-casal.

Entrando num diploma diferente, o Código Civil vem juntar um outro poder a esta figura, agora já fora do procedimento simplificado de sucessão hereditária.

2080º

A quem incumbe o cargo

1. O cargo de cabeça-de-casal defere-se pela ordem seguinte:
 - a) Ao cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens, se for herdeiro ou tiver meação nos bens do casal;
 - b) Ao testamenteiro, salvo declaração do testador em contrário;
 - c) Aos parentes que sejam herdeiros legais;
 - d) Aos herdeiros testamentários.
2. De entre os parentes que sejam herdeiros legais, preferem os mais próximos em grau.
3. De entre os herdeiros legais do mesmo grau de parentesco, ou de entre os herdeiros testamentários, preferem os que viviam com o falecido há pelo menos um ano à data da morte.
4. Em igualdade de circunstâncias, prefere o herdeiro mais velho.

2082º

Incapacidade da pessoa designada

1. Se o cônjuge, o herdeiro ou o legatário que tiver preferência for incapaz, exercerá as funções de cabeça-de-casal o seu representante legal.
2. O curador é tido como representante do inabilitado para o efeito do número anterior.

Estes artigos explicitam os critérios de seleção do herdeiro que irá ocupar o cargo de cabeça-de-casal, bem como os fatores e passos a ter em conta se a pessoa a quem incumbe o cargo não estiver em plena capacidade para o exercer.

2083º

Designação pelo tribunal

Se todas as pessoas referidas nos artigos anteriores se escusarem ou forem removidas, é o cabeça de casal designado pelo tribunal, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado.

2084º

Designação por acordo

Por acordo de todos os interessados pode entregar-se a administração da herança e o exercício das funções de cabeça de casal a qualquer outra pessoa.

2085º

Escusa

1 - O cabeça-de-casal pode a todo o tempo escusar-se do cargo:

- a) Se tiver mais de setenta anos de idade;
- b) Se estiver impossibilitado, por doença, de exercer convenientemente as funções;
- c) (Revogada.)
- d) Se o exercício das funções de cabeça-de-casal for incompatível com o desempenho de cargo público que exerça.

2. O disposto neste artigo não prejudica a liberdade de aceitação da testamentária e consequente exercício das funções de cabeça-de-casal.

Estes três artigos referem-se a cenários em que o cabeça-de-casal pode ser demovido do seu cargo ou nomeado a título extraordinário, quer por acordo, quer por via judiciária, bem como os fatores de escusa de exercício de funções, tudo questões a ter em conta se o tradutor se deparar com menção ao facto aquando de uma tradução.

2086º

Remoção do cabeça-de-casal

1 - O cabeça-de-casal pode ser removido, sem prejuízo das demais sanções que no caso couberem:

- a) Se dolosamente ocultou a existência de bens pertencentes à herança ou de doações feitas pelo falecido, ou se, também dolosamente, denunciou doações ou encargos inexistentes;
- b) Se não administrar o património hereditário com prudência e zelo;
- c) Se não cumpriu no inventário os deveres que a lei lhe impuser;
- d) Se revelar incompetência para o exercício do cargo.

2 - Tem legitimidade para pedir a remoção qualquer interessado.

Por outro lado, esta figura pode ver o seu cargo retirado por vários fatores legais, incluindo ocultar de forma consciente qualquer dado que poderá ter relevo para o processo de habilitação em conta.

2087º

Bens sujeitos à administração do cabeça-de-casal

- 1. O cabeça-de-casal administra os bens próprios do falecido e, tendo este sido casado em regime de comunhão, os bens comuns do casal.
- 2. Os bens doados em vida pelo autor da sucessão não se consideram hereditários e continuam a ser administrados pelo donatário.

Por fim, este último artigo identifica quais os bens sujeitos à administração da figura do cabeça-de-casal, sendo eles móveis ou imóveis, tal como já ficou visto anteriormente. O tradutor ir-se-á provavelmente deparar com descrições de imóveis, incluindo a sua localização e eventual recheio.

2.2.2. A questão do inventário orfanológico

Por fim, uma questão cabível dentro deste domínio será a do inventário orfanológico. De acordo com a revista da ordem dos advogados (Ano 1, nº 4, 1941, p. 3), há “sempre inventário orfanológico se algum dos herdeiros for menor, interdito, ausente ou desconhecido”. Este processo de inventário era um instituto que figurava no anterior Código Civil de 1867, que vigorou até 1966, mas que já não está em efeito dentro da legislação portuguesa.

Suscita-se, pois, imediatamente a questão: o que era um inventário orfanológico?

Os inventários orfanológicos descreviam tudo o que compunha a casa, e cada item da herança era objeto de descrição precisa. Neste sentido, a fonte pode oferecer um quadro, supostamente rigoroso, dos bens que compunham o património familiar no momento da sua feitura.

[...]

Nos inventários orfanológicos aflora uma descrição cuidadosa de todos os bens que constituem o património familiar, sejam eles móveis, géneros, semoventes (os animais), imóveis, entre outros. No que concerne aos bens móveis, encontramos uma descrição detalhada dos mesmos, nomeadamente no que respeita à quantidade, estado, tipologia e valor pecuniário. (Vilaça, 2010, pp. 237 e 246)

Indo à fonte primária, o dito Código Civil de 1867, o Capítulo IV, Secção I, II e III, nomeadamente os artigos 2012º, 2025º, 2046º e 2064º, explicitam o processo de inventário e quando é que este assume presença dentro da vida familiar dos herdeiros.

O processo de inventário era algo moroso e minucioso, razão pela qual a sua extensão poderia chegar a atingir as centenas de páginas. Muito do seu conteúdo seria exatamente a descrição dos bens contidos na casa: o dito recheio do imóvel. Este inventário começaria com a averiguação do cabeça-de-casal e seguiria com a descrição de bens, passando por questões de dinheiros, ações de sociedades, transporte de bens, imóveis e seus valores.

Por fim, gostaria ainda de indicar que este género de inventário tomava lugar só quando existiam órfãos, bem claro, mas que teriam algo a herdar. Fala-se, portanto, de uma minoria da população. (Vilaça, 2010, p. 246)

No decurso da análise terminológica na secção 4, farei referência ao próprio termo de inventário orfanológico pela sua riqueza vocabular e terminológica. Remeto para anexo a folha de rosto de um inventário orfanológico autêntico, em português, bem como uma página exemplificativa do teor do documento.

Análise documental

3.1. Documentos em português

Chegada agora a secção documental, pretende-se aliar as âncoras teóricas já debatidas com a realidade prática e documental, contando com a análise de quatro documentos autênticos: três em português e um em inglês.

Esta secção subdivide-se, portanto, em quatro secções, sendo que cada documento conta com a sua própria análise individual. Os exemplos trazidos para esta dissertação são habilitações de herdeiros e um testamento, que, pelo que já ficou visto, apresentam diferenças logo à superfície, as quais se verificam também num nível mais profundo.

O próprio molde documental varia imenso, bem como a extensão, visto que o testamento é, de facto, um instrumento pessoal ao passo que a habilitação de herdeiros é um substituto legal necessário face à falta deste primeiro. Como tal, as marcas pessoais estão muito mais patentes no testamento do que na habilitação. De igual modo, a pessoa emissora num e noutro documento varia em igual proporção: de um lado o notário, do outro o *de cujus*.

Em jeito de introdução, indique-se ainda que estes documentos, tal como mencionado, são autênticos. De forma a proteger a privacidade das pessoas mencionadas, toda a informação pessoal foi tratada e devidamente barrada. Esta secção irá conter trechos e passagens dos documentos em si ao passo que a digitalização dos documentos autêntico será remetida para anexo. Numa última nota, gostaria ainda de identificar um problema evidente: a segunda habilitação de herdeiros tem problemas de legibilidade. Trata-se, no entanto, do desgaste do próprio documento autêntico, não sendo erro pessoal de digitalização ou outro. Apesar de não haver recuperação possível, conto, no entanto, que seja ainda legível o suficiente para os efeitos desta dissertação.

3.1.1. Habilitação de herdeiros 1

A primeira habilitação trazida para este trabalho reveste-se, desde logo, de um carácter cultural que vem confirmar a distanciação para com o papel do testamento: se o testamento é a designação da última vontade do testador, a habilitação de herdeiros é a necessidade jurídica para preencher o vazio legal pela falta deste primeiro. Como tal, este documento é predominantemente impessoal na sua escrita, incutindo autoridade à figura do notário ao invés de se declarar como a vontade do *de cujus*.

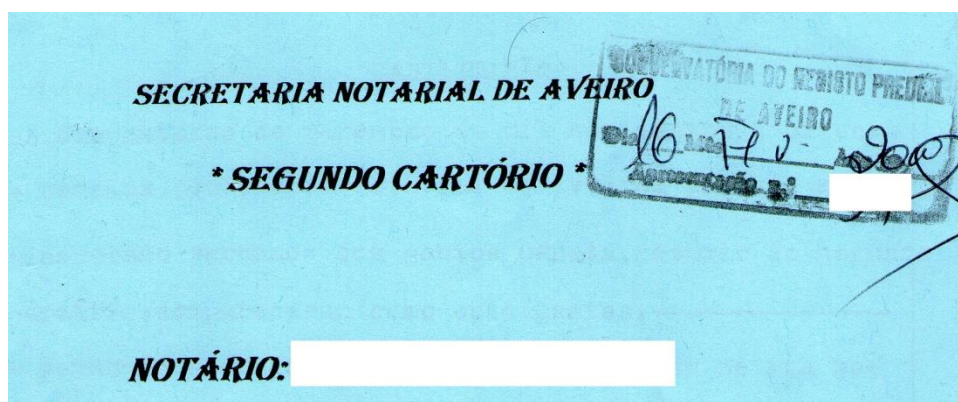


Figura 3 - Cabeçalho da folha de rosto da habilitação de herdeiros 1

Apresentam-se elementos que corroboram esta afirmação: tal como se verifica na figura 3, existe uma necessidade imediata de identificar o emissor desta habilitação, neste caso o Segundo Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, bem como o notário, os carimbos e os identificadores necessários para a organização arquivística de todo o processo.

De igual modo, é interessante verificar a forma como principia esta folha de rosto – note-se o azul, habitualmente utilizado como cor para documentos de fonte oficial – logo com a flexão verbal do verbo certificar. Aqui é o notário que certifica, elemento que difere da formulação no testamento em inglês que passará a análise numa outra secção (“[Eu] certifico” vs. “I, the undersigned”). Trata-se, portanto, de uma diferença ao nível de contexto de cultura e, é claro, de contexto jurídico, tornando a habilitação de herdeiros em algo mais estéril e sem marcas pessoais.

Tratando-se de um documento legal e manuseado pelo notário, este documento terá de se proteger a si próprio, assegurando-se de que todos os procedimentos são seguidos de forma correta e de que todo o conteúdo foi devidamente explicado aos outorgantes.

CERTIFICO, que a presente certidão de teor integral, extraída por fotocópia, com quatro folha (s), é conforme ao original da escritura lavrada de folha a do livro de notas para **ESCRITURAS DIVERSAS** número , deste Cartório.

Figura 4 - Início da construção frásica (Página 1)

Para este fim, a formulação da folha de rosto visa a proveniência do documento, desde a garantia de que se trata do “teor integral” até à identificação completa dos livros de registo (fig. 4), talvez como influência histórica dos avanços sugeridos pelo Arcebispo de Braga (p. 27 deste trabalho).

Este âmbito de registo nomeia, portanto, o número de folhas do documento em questão, garante ser conforme ao original e afirma fazer parte de dado livro de notas para escrituras diversas daquele próprio cartório. Estamos, portanto, novamente perante um processo burocrático e arquivístico.

CONTA:

Artº 8 nº 1 1000 \$00

São: um e escudos

Registada sob o nº 1.

Figura 5 - Custo da primeira habilitação de herdeiros (Página 1)

A folha de rosto termina com a indicação do emolumento da elaboração da certidão (fig. 5), bem fundamentado em artigos na Lei, o que vem a reforçar o seu carácter administrativo. Note-se igualmente que a própria certidão tem o seu próprio registo.

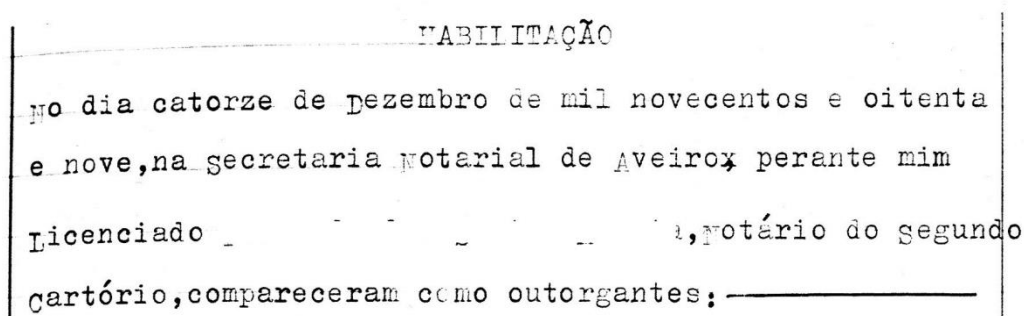
De tal forma estes procedimentos são quase automáticos em virtude do seu carácter burocrático, e de tal modo se ressalvam em questões legais, que até o tipo papel e a tipografia que o fabricou são identificados à margem da página (fig. 6). É, portanto, mais um elemento que vem confirmar a autoridade do *locus*: do cartório e do notário.



Formato A4 (210x297) – Tip. Nabão, L.da Tomar

Figura 6 - Tipo de folha utilizado (Página 2)

O conteúdo propriamente dito desta habilitação passa por uma identificação exhaustiva e minuciosa da situação: chamemos a isto, portanto, a narrativa do documento (fig. 7). Todos os factos que ocorreram, bem como as partes intervenientes, estão aqui devidamente identificados. De novo remetendo para o testamento em inglês a ser analisado, repare-se que é aqui largada uma outra âncora cultural: esta dita narrativa é, em suma, o conteúdo integral da habilitação de herdeiros, ao passo que no testamento não é senão uma secção de um todo.



HABILITAÇÃO

No dia catorze de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, na secretaria notarial de Aveiro, perante mim Licenciado _____, notário do segundo cartório, compareceram como outorgantes: _____

Figura 7 - Contexto de situação (Página 2)

A segunda página indica igualmente tratar-se de uma habilitação, logo de início, e passa a descrever o contexto de situação, identificando o dia e o lugar das declarações que estão aqui a ser prestadas. Voltando à questão do poder relegado ao notário, temos construções frásicas que o comprovam de forma particularmente enfática.

e nove, na secretaria notarial de Aveiro, perante mim
licenciado _____, notário do segundo
cartório, compareceram como outorgantes: _____

_____ verifiquei a identidade dos outorgantes por
conhecimento pessoal. _____

Figura 8 - Os poderes do notário. Secções diferentes do mesmo documento. (Página 2)

Primeiro, o facto de que o documento tem validade por terem comparecido ditas pessoas diante dito notário, identificado com o título de Licenciado. Segundo, tal como já visto, a habilitação de herdeiros é fundamentalmente burocrática e uma necessidade administrativa. No entanto, é dada competência ao notário para identificar os outorgantes que compareceram diante dele (“Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal”); ou seja, mesmo tendo de se proteger, o notário pode assumir conhecer as pessoas que vêm declarar os factos e dispensar a consulta dos documentos legais de verificação de identidade.

No final da segunda página (fig. 9), aquando da identificação da pessoa falecida, existe ambiguidade que tem de ser resolvida relativamente ao próprio nome da pessoa (Lurdes, Lourdes + apelido de solteira ou Lourdes + apelido de casada).

_____, freguesia da vera-cruz, desta cidade, fa-
leceu Lurdes _____, ou Lourdes
_____, ou ainda Lourdes _____, natural
da freguesia dita da vera-cruz, no estado de viúva de _____

Figura 9 - Ambiguidade no nome (Página 2)

Por fim, a última página deste primeiro documento demonstra na prática aquilo que é o verdadeiro propósito da habilitação de herdeiros: averiguar quem são, de facto, os únicos e universais herdeiros da pessoa falecida e garantir que não haja quem lhes concorra.

_____ têm perfeito conhecimento destes factos, e
por isso, afirmam para todos os efeitos de direito, que
os indicados filhos, são os únicos e universais herdeiros
da falecida, não havendo quem lhes prefira ou com
els concorra.

Figura 10 - Validação dos herdeiros (Página 4)

3.1.2. Habilitação de herdeiros 2

Chegado o segundo documento em português, é importante referir que as habilitações, dados os seus moldes oficiais, partilham muitos dos seus elementos, desde a narrativa até à exaustão da minúcia identificativa dos intervenientes. Sendo apesar de tudo um cartório notarial diferente, as linhas processuais definem o documento, havendo apenas pequenas diferenças nomeadamente na forma da frase (figs. 11 e 12).

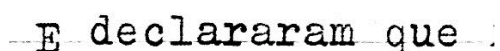


Figura 11 - Exemplo de início de narrativa
(Habilitação 1, página 2)

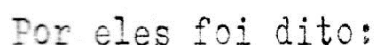


Figura 12 - Exemplo de início de narrativa
(Habilitação 2, página 2)

Como tal, muito do que é dito aquando de uma análise documental provavelmente poderá ser aplicado a um outro documento em português. Um exemplo a destacar será a descrição das núpcias das pessoas aqui identificadas (fig. 13).

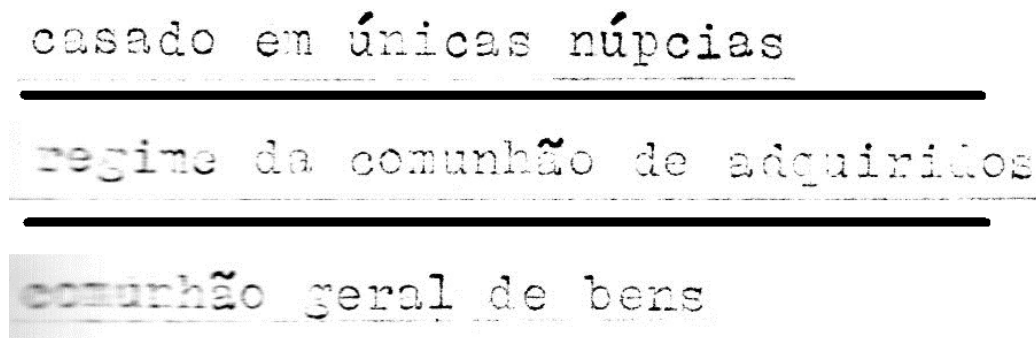


Figura 13 - 3 exemplos distintos de descrição de casamento (Página 3)

Temos aqui a parametrização do casamento de alguns outorgantes do processo, incluindo o regime de comunhão de adquiridos, o regime geral de bens, e, por fim, a indicação de que um dos casamentos é em únicas núpcias. Uma outra expressão patente em documentos legais é a notação de que uma pessoa teve a sua “última residência habitual” em dado lugar (fig. 14). Esta formulação é aqui aplicada para emprestar um carácter de verificação à narrativa que está a ser feita, entrando em todos os pormenores

relativos à vida da pessoa falecida, de forma a melhor assegurar a integridade do processo.

teve a sua última residência habitual

Figura 14 - Indicação da última residência habitual do falecido (Página 3)

Ao longo da análise destas duas habilitações vimos já exemplos – demasiados para enumerar – de denotação de género dos intervenientes no processo. Claro está que, por norma da língua portuguesa, os substantivos têm a indicação do género da pessoa a que se referem. Palavras como “notário/a”, “casado/a” ou referentes como “dele viúva” dão ao leitor a certeza de estarem diante de um homem ou de uma mulher, consoante o caso.

Em inglês, as regras de gramática não obrigam a este detalhe, fazendo com que uma tradução do inglês para a língua de Camões se torne necessariamente mais complexa ao nível gramatical de flexão de género. Como iremos ver, no entanto, o testamento em inglês utiliza formulações para salvaguardar esta mesma situação.

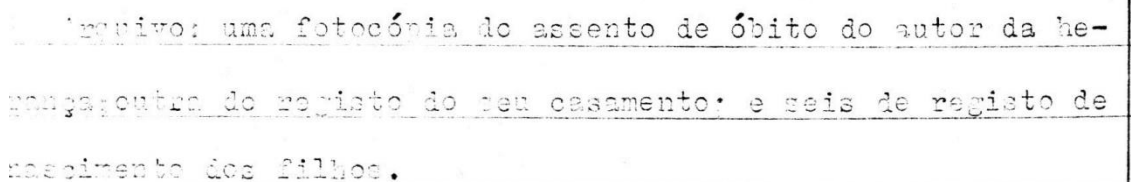
Regressando ao conteúdo da habilitação em questão, existem ainda alguns conteúdos que merecem destaque.

, sem |
deixar testamento ou qualquer outra disposição de última von- |
tade, ficando por seus únicos herdeiros, sua referida mulher, |
actualmente dele viúva, residente na Rua | o,

Figura 15 - Passagem comprovativa de que não foi deixado testamento (Página 3)

Esta formulação (fig. 15) está igualmente presente nas duas outras habilitações tratadas nesta dissertação, provando assim que é mais uma necessidade constante de qualquer habilitação de herdeiros.

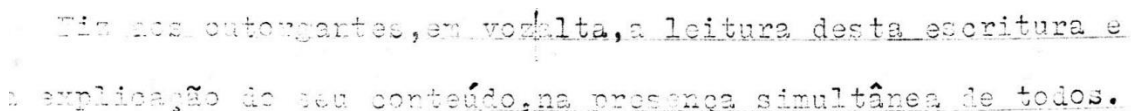
As passagens mencionadas justificam, portanto, a própria existência e a razão de ser deste documento: só por não ter sido deixado um testamento é que a habilitação de herdeiros teve lugar. Trata-se, portanto, de coadunar o contexto da habilitação com a necessidade legal de preencher o vazio deixado pelo documento mais pessoal que é o testamento.



arquivo: uma fotocópia do assento de óbito do autor da herança; outra do registo do seu casamento; e seis de registo de nascimento dos filhos.

Figura 16 - Indicação de arquivamento (Página 4)

Tal como também já se verificou na primeira habilitação, estes documentos tendem a encerrar a narrativa com a inclusão do processo de arquivação (fig. 16), o que vai ao encontro do que foi mencionado aquando do contexto jurídico que afirmava que as habilitações de herdeiros e as certidões de óbito passam a ser documentos inseparáveis em termos arquivísticos.



Foi nos outorgantes, em voz alta, a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, na presença simultânea de todos.

Figura 17 - Leitura em voz alta dos conteúdos da habilitação (Página 4)

Uma outra constante nestas habilitações (e no testamento em inglês a ser analisado) é o facto de que toda a informação é integralmente explicada e tacitamente aprovada pelos outorgantes (fig. 17).

Ao passar a escrito que todo o conteúdo foi lido e explicado em voz alta na presença simultânea de todos os declarantes, o notário e o próprio cartório passam a responsabilidade da correção da informação para as mãos da parte dos herdeiros.

sucederam-lhe

de Esgueira, ~~de Esgueira,~~
em volta,

Figura 18 - Exemplos de erros na primeira (Páginas 3 e 4) e segunda habilitação (Página 4)

Para terminar esta segunda habilitação, note-se que até documentos oficiais revestidos da maior importância podem conter os seus próprios erros; alguns emendados à mão, outros que escapam. Seria da competência do tradutor verificar e emendar estes erros à medida que irão surgindo.

3.1.3. Habilitação de herdeiros 3

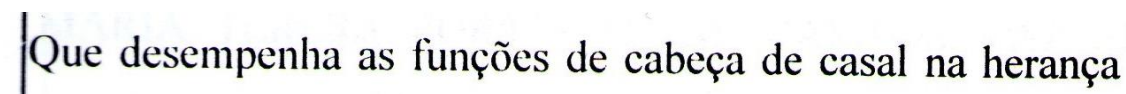
Chegado o terceiro e último documento autêntico em português, note-se desde logo a diferença que há no início da descrição dos factos – em vez de outorgantes, temos um único declarante (fig. 19).



de Aveiro, perante mim, Lic. compareceu o declarante:-----

Figura 19 - Figura do declarante (Página 2)

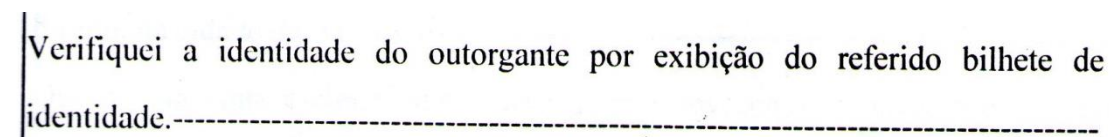
Sendo que isto é justificado pela presença de uma só pessoa, averiguada como cabeça-de-casal, pela certidão em questão (fig. 20).



Que desempenha as funções de cabeça de casal na herança

Figura 20 - Cabeça-de-casal (Página 2)

Uma outra diferença face aos documentos já vistos reside no facto de haver uma nova vertente de reconhecimento do declarante: em vez de ser verificado por conhecimento pessoal, perante o notário, há aqui a necessidade de exibição do bilhete de identidade (fig. 21). Todos estes documentos foram emitidos em fevereiro de 2000, justificando-se, portanto, a presença do escudo e do bilhete de identidade em vez dos seus sucessores no euro e no cartão de cidadão.



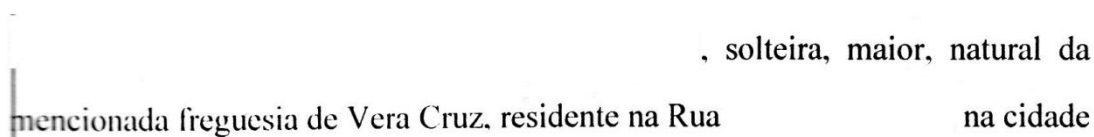
Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do referido bilhete de identidade.-----

Figura 21 - Verificação da identidade do declarante (Página 2)

Um outro aspeto a notar é que esta habilitação – mais do que os outros exemplos – tenta ao máximo evitar repetições. Em vez de referir o nome completo das pessoas às quais a habilitação diz respeito, faz-se recurso a referentes para transmitir a mesma

realidade – “aludido”, “dito”, “mencionado”, entre outros. Este mecanismo vai ao encontro da estratégia de subtração de tradução explicitada por Nida, em 1964 (citado em Albir e Molina, 2002).

Aquando da identificação de pessoas pertinentes ao processo há também a distinção entre pessoas casadas e solteiras, como dita as regras processuais. No entanto, quando uma pessoa é solteira indica-se igualmente aqui que se trata de um maior de idade (fig. 22). Visto só maiores poderem casar, faria falta a distinção entre quem é solteiro e capaz de tomar decisões legais por si próprio e um menor de idade.



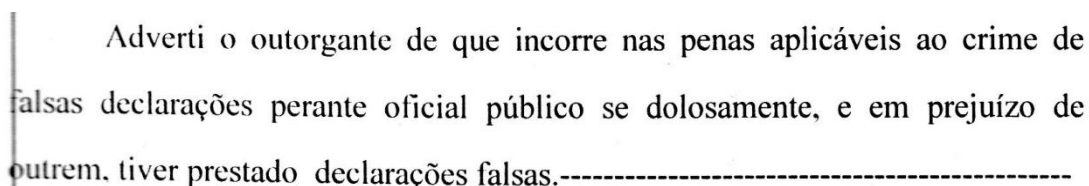
_____, solteira, maior, natural da

mencionada freguesia de Vera Cruz, residente na Rua _____ na cidade

Figura 22 - Indicação explícita de maioridade (Página 3)

Não escapando à regra, esta habilitação finda com a informação de que o falecido não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, indicando que deixa os filhos como únicos e universais herdeiros, não havendo quem com eles concorra à sucessão.

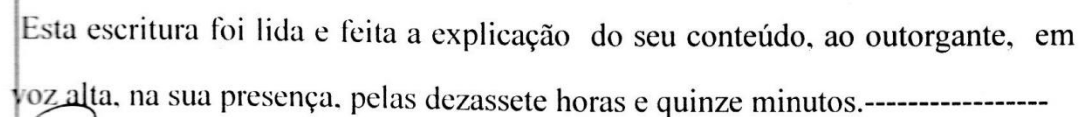
Uma informação nova presente unicamente nesta terceira habilitação de herdeiros é o respeitante ao dolo intencional (fig. 23). O declarante é aqui informado de que poderá incorrer em situações legais desfavoráveis se conscientemente prestar falsas declarações em prejuízo de outrem.



Adverti o outorgante de que incorre nas penas aplicáveis ao crime de falsas declarações perante oficial público se dolosamente, e em prejuízo de outrem, tiver prestado declarações falsas.-----

Figura 23 - Pena aplicável perante dolo (Página 3)

Por fim, existindo igualmente a vertente de salvaguarda legal na indicação por escrito de que todo o conteúdo foi lido e explicado em voz alta, há um fator temporal que não está presente nas outras habilitações – é aqui indicado que esta leitura foi feita “pelas dezassete horas e quinze minutos”.



Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo, ao outorgante, em voz alta, na sua presença, pelas dezassete horas e quinze minutos.-----

Figura 24 - Indicação temporal da leitura integral dos conteúdos (Página 3)

3.2. Documento em inglês

Entrando agora na vertente inglesa, passa-se à análise de um documento marcadamente pessoal. Ao invés do que já foi explanado nas habilitações de herdeiros, estéreis e de estirpe administrativa, o testamento é deixado ainda em vida pelo *de cujus*, que procura distribuir o seu património de acordo com a sua vontade. Assim, irão existir marcas pessoais no texto bem como uma descrição da herança a ser partilhada, incluindo quem deverá receber qual parte. Note-se também que o testamento em inglês tem o seu equivalente em *last will and testament*, sendo necessário o termo composto nesta cultura. Por outro lado, compara-se aqui a habilitação de herdeiros ao testamento em inglês. Sendo, sem dúvida, documentos diferentes, há também a dita correspondência legal, tal como já ficou visto.

Tratando-se de um documento autêntico, tal como as suas congêneres em português, toda a informação pessoal estará devidamente tratada e omitida dos documentos. Identifico, aqui, algumas passagens pertinentes para a análise documental e remeto o documento autêntico para anexo.

3.2.1. Testamento

O testamento em inglês apresenta, desde logo, uma diferença face à habilitação de herdeiros: a sua extensão é consideravelmente maior, e, em proporção, também o é a sua organização de conteúdos.

Esta divisão encontra-se feita em secções, identificadas em números que vão do 1 ao 15. Irei analisar estas secções uma a uma, trazendo exemplos pertinentes para comprovar a análise.

Antes de entrar nas secções, indique-se ainda que este testamento tem as assinaturas das testemunhas e da testadora em todas as páginas, de forma a realçar que todas as páginas foram vistas e revistas. As habilitações já analisadas têm as assinaturas só no final do documento.

Chegada a primeira secção, encontramos simplesmente um mecanismo de revocação de testamentos anteriores, tratando-se de uma necessidade legal mas também de uma formalidade (fig. 25).

I, the undersigned,

[Identity Number:]

declare do make and execute my Will as follows:

1. REVOCATION

I revoke all former testamentary acts made by me.

Figura 25 - Tomada de posse do testamento e revocação (Página 1)

Afirma aqui a testadora (I, the undersigned...) que todo o ato testamentário anterior a este é invalidado. Por outro lado, visto ser fruto da não existência de um testamento, a habilitação de herdeiros não contempla tal secção. De facto, a diferença é

assinalável: ao passo que a habilitação começa pelo notário afirmar que ocorreram dados factos, aqui é a pessoa que, abaixo-assinado, começa a indicar a sua última vontade.

Na secção dois dá-se a indicação de como proceder à interpretação deste documento testamentário, indicando que, salvo o contexto indique o contrário, deverão observar-se determinados pontos.

Logo aqui existe uma diferença já realçada aquando da análise das habilitações de herdeiros. Sendo a língua inglesa diferente a nível de explicitação de género, o ponto 2.1 afirma que as palavras relativas ao masculino deverão ser igualadas no feminino e vice-versa (fig. 26). Esta explicação seria muito provavelmente prescindível em português, visto nós já observarmos o género automaticamente na sua flexão gramatical.

2.1 Words importing the masculine gender shall include the feminine and vice versa;

Figura 26 - Indicação de género (Página 1)

Há aqui também a referência a um mecanismo de poupança de palavras no ponto 2.3, em que se indica que, ao delongo do documento, ao falar-se de filhos ou crianças estar-se-á a falar das pessoas que são aqui identificadas (fig. 27). Esta dita identificação segue os critérios também aportados à habilitação de herdeiros: a pessoa fica com o seu nome bem como o seu número de identidade registado. É interessante notar que o testamento em inglês indica aqui o nome de solteira quando se trata de uma pessoa do sexo feminino, que, sendo um mecanismo diferente, tem um propósito semelhante à salvaguarda da idade presente na habilitação de herdeiros quando se indica que uma pessoa ou é casada ou é solteira e maior de idade.

Toda esta secção permite referenciar estas pessoas ao longo do documento sem causar exaustão no leitor, permitindo uma indexação mais ágil do conteúdo.

2.3.3 my daughter,
— (nee (Identification Number:
);

Figura 27 - Exemplo de indexação do conteúdo (Página 2)

A secção três tem o propósito de nomear os testamentários face a este testamento, indicando os nomes dos dois elementos a serem nomeados bem como o valor máximo a ser debitado pelos serviços enquanto testamentários, estipulado em dada quantia excluindo VAT – o equivalente ao IVA em português.

De longe a secção mais extensa, o ponto quatro indica quais os poderes atribuídos a estes testamentários. O seu poder é, como já foi dito, contextualmente semelhante ao do notário na habilitação de herdeiros, apesar de haver aqui uma limitação de poder dos testamentários, ao contrário dos poderes já instituídos e delimitados pela profissão de notário.

Contando com um total de mais de duas dezenas de pontos (4.1 – 4.22), esta secção vai delimitar exaustivamente as responsabilidades e os poderes dos ditos testamentários, sempre respeitando a Lei e evitando ir contra esta (fig. 28).

Without prejudice to any powers, authorities or exceptions hereby or by law granted to my Executors, my Executors shall have the power in their discretion and on behalf of my estate to:

Figura 28 - Prova de que permanece dentro da Lei (Página 3)

Os pontos 4.1 até ao 4.9 versam, sobretudo, em matérias fiduciárias, incluindo os poderes relativos à compra e venda de bens em leilão, por acordo comercial, o seu poder de continuar a tomar parte em sociedades em que a testadora poderá estar envolvida aquando da sua morte, entre outros.

Claro está que estes pontos vêm novamente destoar das habilitações: não deixando vontade sobre o seu património, a pessoa afigurada numa dita habilitação não tem a hipótese de delegar tais poderes.

O ponto 4.10 apresenta uma nova e interessante situação: o pagamento dos testamentários (fig. 29). Estes serão pagos no montante normal tal como descrito na Lei. Se o testamentário for advogado, contabilista ou exercer outra profissão de relevo face à matéria do testamento, então terá igualmente direito a cobrar à soma da herança os seus honorários profissionais.

4.10 charge and be paid out of my estate the normal fees of office as Executors as permitted or prescribed by law. Any Executors being an attorney, accountant or other person engaged in any profession, shall in addition be entitled to charge and be paid all usual professional and other fees for work done by them or any person appointed by them in connection with my estate;

Figura 29 - Direito a honorários (Página 4)

O testamento aqui diverge, mais uma vez, da habilitação. De acordo com o art. 2094º do Código Civil Português, o cargo de cabeça-de-casal não é remunerado. No entanto, tal como ficou aqui visto, os testamentários, tal como está descrito na Lei, deverão cobrar o preço previsto.

O ponto 4.13 vem realçar o poder desta figura de uma forma subtil. Ao passo que em português encontrámos frequentemente referências à autoridade do *locus* e do notário, ao afirmar que é por conhecimento pessoal que verifica a identidade dos outorgantes ou por ser diante dele que são prestadas declarações, aqui no testamento verificamos muitas vezes a ocorrência da expressão “*in their discretion*”, ou variantes. Por outras palavras, o enfoque aqui é, de facto, na figura do testamentário.

De 4.14 a 4.19, encontramos mais uma vez alguns aspetos fiduciários. É concedido aos testamenteiros o poder de conceder empréstimos com ou sem contrapartidas e com ou sem juros, de retirar dinheiro do fundo da herança para a administrar ou até de conceder a qualquer pessoa, na sua discrição, o direito de ocupar qualquer bem imóvel ou utilizar qualquer bem móvel que façam parte da herança (fig. 30). É-lhes inclusivamente incutido o poder de estabelecer uma conta bancária em nome da herança e de passar cheques com vista a atingir os fins estabelecidos neste testamento. Os testamenteiros têm, portanto, poder absoluto sobre a herança, de acordo com a sua discrição.

4.17 in their discretion to allow any person to occupy any immovable property or use any movable property forming part of my estate;

Figura 30 - Exemplo de poder do testamenteiro (Página 5)

Por fim, o ponto 4.22 encerra afirmando que em qualquer tipo de dúvida face à matéria testamentária, a palavra final caberá aos testamenteiros e que a sua vontade será legalmente válida para todos os beneficiários (fig. 31). É igualmente de notar que a construção frásica deste ponto prevê toda e qualquer circunstância que poderá aflorar relativamente à herança. Deste modo, tem semelhanças com a salvaguarda legal que já foi observada nas habilitações de herdeiros.

4.22 in the event of any doubt, uncertainty or competing claims in respect of any bequest made by me hereunder, whether as to the subject matter of such bequest and what is comprised therein or as to how such bequest shall be satisfied or in any other respect whether similar to the foregoing or not, my Executors shall determine and decide the matter and their decision shall be final and binding on all beneficiaries.

Figura 31 - Poder supremo de decisão dos testamenteiros (Página 6)

Chegados a meio do documento, podemos já retirar uma ilação relativamente a estes dois documentos. Ao passo que a habilitação de herdeiros tem uma narrativa de factos, explicitando tudo o que possa ser chamado facto, desde a hora, o local e a descrição completa do contexto de situação, o testamento difere aqui por ser algo mais estruturado e menos volátil. Ao ser um documento consideravelmente mais extenso e mais pessoal, e mesmo pelo seu propósito ser diferente do da habilitação, o conteúdo lê-se mais como um conjunto de linhas orientadoras, com traços firmes relativos a poderes e a benefícios, do que como o desenrolar de uma história.

Finda esta observação, entremos, pois, no ponto 5. Este refere-se à salvaguarda não do documento mas sim dos testamenteiros (fig. 32).

5. INDEMNITY

~~My Executors whether appointed or assumed shall not be answerable for or liable to make good any loss occasioned to or sustained by my estate or any beneficiary from whatsoever cause arising, save and except such loss as may arise from or be occasioned by their dishonesty. My Executors shall be indemnified by my estate against all claims and demands of whatsoever nature that may be made against them arising out of the bona fide exercise or purported exercise of any of the powers conferred upon them herein.~~

Figura 32 - Salvaguarda dos testamenteiros (Página 6)

É aqui sumariamente descrito que qualquer decisão por parte dos testamenteiros, desde que assumida em boa fé, não poderá ser-lhes imputada judicialmente. De facto, qualquer género de processo contra eles será indemnizado a inteiro custo da herança. Só serão considerados responsáveis perante a lei se houver perda de bens da herança e não tiverem agido de acordo com os princípios estabelecidos pelo testamento ou se tiverem intenção de dolo.

Uma vez terminada a enumeração dos vários poderes dos testamenteiros, o ponto 6 vem nomear os herdeiros e as parcelas que estes deverão herdar (fig. 33). Passa, tal

como na habilitação de herdeiros, por uma identificação completa com número civil dos herdeiros vindouros e identifica, na parte final, que deverão dividir a herança em partes iguais.

to be the sole heirs, in equal shares, of my Estate of whatsoever nature or kind and wheresoever situate, whether movable or immovable, corporeal or incorporeal and whether the same be in possession, reversion, remainder, expectancy or contingency, as their sole and absolute property to be dealt with as they deem fit.

Figura 33 - Linha orientadora para a divisão da herança (Página 7)

Esta herança será distribuída independentemente do seu estado enquanto bem móvel ou imóvel, corpóreo ou incorpóreo. Face ao que é observável em anexo na página exemplificativa do teor de um inventário orfanológico, é de notar que aqui não é necessária a descrição pormenorizada e inventariada de todos os bens a serem divididos.

O ponto 7 contempla a eventual hipótese de haver uma morte de entre os herdeiros antes da morte da testadora propriamente dita (fig. 34). Neste caso, de acordo com o que fica aqui exposto, a herança irá recair nos filhos legítimos que sobrevivam ao herdeiro original. Caso não haja filiação, é vontade da testadora que a sua parte da herança regresse à fonte e seja considerada como mais uma parte a ser dividida por entres os outros herdeiros.

7.1 If any of my heirs predecease me or die before having received the whole of her inheritance and leave lawful children surviving them, then such children shall succeed to the inheritance, or the balance thereof,

Figura 34 - Indicação de que os filhos legítimos sucedem ao herdeiro original (Página 8)

O ponto 8 versa sobre a última vontade propriamente dita contida na matéria testamentária. É aqui descrita uma situação tal em que poderá haver credores que pretendem cobrar o que quer que seja face à parte da herança pertencente a um dos

herdeiros. Neste caso, afirma-se que não poderá haver lugar a tal cobrança e que se nega o usufruto da herança ao herdeiro em questão.

Os pontos acessórios a este ponto principal pretendem explicar e cobrir qualquer tipo de situação que possa daqui advir, de forma a salvaguardar ao máximo o teor do testamento.

A nível de língua, note-se aqui a opção pelo uso do feminino (fig. 35) em vez do masculino habitual quando se fala dos dois géneros, uma peculiaridade muito provavelmente justificada por haver uma maioria absoluta de herdeiras no feminino face ao único no masculino.

or her Trustee in insolvency. If, prior to any payment being made to any heir, she shall have committed or suffered any act, default or process of law

Figura 35 - Utilização do feminino (Página 8)

Os pontos 9 a 15 são na sua maioria relativamente curtos. Mais do que serem matéria de vontade da testadora, são resquícios de formalidade pontuais que terão de ser contemplados em qualquer testamento.

Desta forma, o ponto 9 vem retirar alguma autoridade aos aparentemente onipotentes testamentários, afirmando que serão despojados do seu cargo se perderem as suas faculdades mentais, entrarem em insolvência, forem declarados incapazes de gerir a herança, abdicarem do cargo por escrito ou ainda se forem condenados por qualquer género de crime de desonra (fig. 36).

- 9.2 they become of unsound mind, or is declared incapable of managing their own affairs; or
- 9.3 they resign their office by written notice;
- 9.4 they are convicted of any crime involving dishonesty.

Figura 36 - Exemplo de motivos para despojar os testamenteiros do cargo (Página 10)

Por outro lado, o ponto 10 descreve sumariamente o processo de entrega do capital da herança aos herdeiros, afirmando que terá lugar quando estes cumprirem 25 anos – ou quando os testamenteiros o decretarem – e que após o dito pagamento estes herdeiros nada mais terão a dizer face ao resto da herança.

Muito ao encontro do ponto anterior, a secção 11 esclarece a situação do herdeiro não ter 25 anos. Nesta situação, fica à discrição dos testamenteiros ministrar a parte da herança do herdeiro em questão, sendo que poderão investir parte desse capital em benefício do herdeiro, como, por exemplo, em propinas de escolas ou de universidades.

Estes dois últimos pontos são inerentes ao conteúdo testamentário, uma vez que a habilitação não tem hipótese de contemplar este género de vontade. De igual modo, estes pontos protegem-se e descrevem o processo em todas as suas fases, de forma a ser o mais explícito possível.

O ponto 12 é fruto do sistema patriarcal ainda muito forte da cultura de origem deste testamento autêntico (fig. 37). Vem aqui guardar a parte que couber a qualquer herdeiro como sua única e exclusiva posse, ressalvando que “...in the case of a female heir shall, where applicable, be free from her husband’s marital power”, ou seja, caso uma herdeira contraia matrimónio, o eventual marido não terá acesso legal ao conteúdo da herança.

12. MAINTENANCE OF SEPARATE ESTATE

Any property accruing to any heir in terms of this Will shall be and remain their separate property; it shall not form part of any accrual regime, or community of property which may exist or come into existence between any heir and her spouse, and in the case of a female heir shall, where applicable, be free from her husband's marital power.

Figura 37 - Salvaguarda legal da herança unicamente para a herdeira (Página 11)

Por fim, os pontos 13 a 15 são de dimensão muito reduzida, contando só com duas linhas cada, e tratam de meras formalidades. O ponto 13 afirma que quaisquer pagamentos que saiam da herança poderão ser pagos em género e em dinheiro; o ponto 14 afirma, por outro lado, que quaisquer benefícios que um qualquer herdeiro tenha em vida não vêm subtrair à sua herança futura; e, por fim, o ponto 15 descreve que o capital da herança da testadora irá assegurar o pagamento das despesas com o eventual funeral, incluindo todos os encargos com qualquer trasladação. Todas estas questões não se refletem na habilitação de herdeiros por este ser, é claro, um documento realizado postumamente, não havendo lugar a este género de planeamento.

O documento conclui com uma das poucas semelhanças com os documentos em português já analisados (fig. 38); descreve-se aqui todo o processo de autenticação do documento, incluindo a data em que foi feito e que foi assinado na presença em simultâneo de ambas as testemunhas e da testadora. O documento pretende, desta forma, legitimar o testamento face aos olhos da lei e, eventualmente, de qualquer leitor. Este mecanismo de autenticação está também presente na habilitação de herdeiros, que afirma que o seu conteúdo é lido e explicado em voz alta perante todos os outorgantes, sendo depois submetido às assinaturas de todos os presentes.


IN WITNESS WHEREOF I have set my signature  on this the _____ day of _____ in the year Two Thousand and Nine [2009] in the presence of the undersigned witnesses, both being present at the same time and who have subscribed their signatures hereto in the presence of each other and in my presence

Figura 38 - Indicação da presença simultânea das testemunhas e da testadora (Página 12)

3.3. Diferenças culturais e documentais

Em suma, o que se pode retirar desta análise documental vem sendo dito há já algum tempo: a habilitação de herdeiros, por ser uma necessidade legal e não uma vontade pessoal carece dos elementos marcadamente pessoais que revestem a figura do testamento. Existe imensa referência legal, que fornece as linhas orientadoras que irão construir ambos os documentos, se bem que esta seja mais pautada na habilitação de herdeiros em português.

Toda a questão arquivística e administrativa forma um êmbolo burocrático à volta da habilitação, diferenciando-a, assim, da estrutura formal – mas pessoal – do testamento em inglês.

Relativizando os conteúdos teóricos expostos na primeira secção desta dissertação, observa-se que a interação aqui exposta é, de facto, uma necessidade de comunicação especializada, neste caso *post mortem*, mas que é também toda ela um contexto de cultura/situação. As diferenças culturais entre os tipos de documento, bem como entre as próprias culturas, fazem com que sejam vistos de forma diferente. O poder do notário na habilitação de herdeiros, por exemplo, reflete-se no poder dos *executors* do testamento em inglês, se bem que os ditos poderes sejam diferentes, bem entendido.

Conclui-se, portanto, que o tradutor que venha a enfrentar este género documental tenha forçosamente que refletir no que é o seu propósito – o seu escopo – bem como inteirar-se do sistema da sua cultura de chegada.

Aspeto terminológico e análise discursiva

A questão terminológica prende-se indissociavelmente com Tradução: ao fornecer guias práticos para melhor compreender a totalidade de um termo, esta vertente da linguística vem ao auxílio do tradutor em qualquer género de tradução.

Se é verdade que é indispensável ao bom tradutor, é-o mais ainda ao falar-se de tradução de especialidade. De acordo com Cabré (2003), “terminology is simultaneously: a set of needs, a set of practises to resolve these needs, and a unified field of knowledge” (p. 182). Assim, a terminologia procura responder às necessidades que ela própria coloca relativamente à uma área do conhecimento. Mais adiante, Cabré indica ainda:

Firstly, terminology presupposes a need for all the activities related to the representation and transfer of specialised knowledge such as technical translation, the teaching of languages for specific purposes, technical writing, the teaching of special subjects, documentation, special language engineering, language planning, technical standardisation, etc. We note that all professions dealing with special knowledge need terminology. This is obvious: terms, in their widest sense, are the units which most efficiently manipulate the knowledge of a particular subject. (2003, p. 182)

Desta forma, podemos concluir que a terminologia procura representar as unidades terminológicas presentes num domínio. Justifica-se, portanto, a relevância desta secção para esta dissertação: trabalhando dentro de uma área de especialidade, procura-se encontrar equivalência unívoca, quando possível, para melhor traduzir o texto em questão. Claro está que este objetivo é muitas vezes impraticável, situação na qual irei fornecer uma linha orientadora para chegar a um equivalente na linha de chegada.

Retomando o que foi enunciado por Nida (citado em Albir e Molina, 2002), a estratégia de tradução que faz uso de paráfrases legítimas ou ilegítimas será útil para encontrar soluções tradutológicas para alguns termos presentes na secção que se segue.

4.1. Levantamento terminológico-discursivo

Nesta secção proponho um levantamento terminológico-discursivo realizado manualmente aquando da secção 3 – análise documental. Ao longo da minha análise propriamente dita, foram sendo levantando candidatos a termo para serem tratados nesta mesma secção. Mais se indica que esta análise foi feita a título pessoal, não tendo sido possível uma validação em tempo útil dos candidatos a termo que aqui se expõem.

Procura-se aqui indicar os referidos candidatos a termo que terão mais relevância dentro deste domínio. Apesar de haver alguns outros que poderiam levantar dúvidas, procurou-se restringir este dito levantamento a candidatos da área de especialidade, da tradução jurídica.

Tal como ficou dito, portanto, faz-se aqui o levantamento de candidatos a termos, alguns dos quais serão tratados na subsecção seguinte – 4.2. Assim, esta listagem completa irá fornecer exemplos a serem solucionados a seguir.

Antes de entrar no levantamento propriamente dito, indique-se ainda uma questão que talvez tenha já sido observada durante as primeiras secções deste trabalho: O termo cabeça-de-casal aparece escrito de duas formas em várias fontes deste trabalho: o Código de Registo Civil parece favorecer a escrita hifenizada: arts. 210º-B e 210º-O, por exemplo. O Código Civil, por outro lado, é bem mais variado na sua escolha: separado somente por um artigo, encontramos a escrita hifenizada (art. 2079º, chamado, inclusive, cabeça-de-casal; e arts. 2080º e 2082º) e a escrita sem hífen (arts. 2083º e 2084º). Tendo em conta estas duas fontes de cariz oficial, dei preferência à escrita hifenizada por ser congruente no Código de Registo Civil e haver ainda ocorrências do mesmo no Código Civil.

Entrando agora no levantamento propriamente dito, segue-se uma tabela com os candidatos a termos propostos, organizados não por ordem de ocorrência mas sim alfabeticamente, alguns dos quais passarão a análise na secção seguinte. Entra aqui igualmente o ponto do inventário orfanológico já discutido neste trabalho (pp. 36-37).

Candidatos a termo nos documentos em português
Autor da herança
Cabeça-de-casal
Cartório
Certidão
Declaram [que]
Declarante
Escritura
Escrituras Diversas
Habilitação
Inventário orfanológico
Isento
Lavrada
Licenciado
Livro de notas
Não havendo quem lhe prefira ou com eles concorra
Notário
Outorgante
Perante mim
Secretaria Notarial
Sucedem-lhe [os filhos]
Teor integral
Última residência habitual
Únicos e universais herdeiros
Total: 23

Tabela 5 - Levantamento terminológico-discursivo em português

Candidatos a termo no documento em inglês
Administration of Estates Act
Appointment [of]
Assets
Being in force
Bequest
<i>Bona fide</i>
Clause
Collation
Default
Devolution
Devolving
Division
Entitlement of heirs
Estate
Excussion
Executor
Fees of office
Free from her husband's marital power
Furnish security
Good faith
Indemnity
Landlord
Last will
Lawful [children]
Lease
Loss of office
Master of the High Court
Null and void
Payment in kind
<i>Per stirpes</i>
Power of assumption
Refuse to recognise
Remainder
Renunciation [of the benefits]
Reversion
Revocation
Shall not be liable [for]
Surviving [them]
Tenant
Testament

Testatrix
Trust Property Control Act
Whatsoever nature
Witness
Total: 44

Tabela 6 - Levantamento terminológico-discursivo em inglês

4.2. Propostas de resolução de problemas

Nesta subsecção procede-se, portanto, à solução para alguns dos exemplos levantados nas tabelas 5 e 6. Ir-se-á proceder a uma divisão simples: de um lado, os candidatos a termo de equivalência mais fácil e convencionada, que são rapidamente encontrados em fontes – nomeadamente dicionários – e que apresentam poucos problemas. Do outro lado da balança, lidaremos com candidatos a termo e fraseologias de ligação não-convencionada, os quais não se costumam encontrar em forma bilingue, sendo que só se encontra a sua realidade na cultura de partida. Terá de se partir à descoberta de um termo na cultura de chegada que seja o seu reflexo funcional dentro do domínio jurídico.

Para cada um destes grupos irão ser tratados um total de cinco candidatos a termo de entre as duas línguas, manualmente escolhidos pela sua relevância para os documentos já analisados.

Começando pelos candidatos a termo de ligação mais convencional, olhemos para a lista seguinte:

- Autor da herança;
- Notário;
- Outorgante;
- Bequest;
- *Per stirpes*.

Para os candidatos a termo e fraseologias não-convencionais, ir-se-á problematizar:

- Cabeça-de-casal;
- Inventário orfanológico;
- Executor;
- Free from her husband's marital power;
- Master of the High Court.

Entrando em primeiro lugar nos candidatos a termo de equivalência convencional, foi indispensável a consulta de dicionários – quer em papel, quer em linha – que fornecessem um equivalente na língua de chegada.

Assim, para *autor da herança*, temos o seu sinónimo latino já visto anteriormente (p. 28), com fonte no Jurislingue: *de cujus*. Sendo difícil encontrar documentos autênticos nesta área, efetuar pesquisa paralela para verificar a existência de tal expressão e, mais importante, o seu nível de ocorrência é tremendamente difícil. Tratando-se, por outro lado, de um termo de muito fácil compreensão, tentar uma tradução livre para *author of the inheritance* não é descabido.

Por outro lado, de acordo com o IATE – InterActive Terminology for Europe – um *notário* vê o seu equivalente em *notary public*, sendo que ambos os cargos exercem as suas funções de forma liberal e estão encarregues de lavrar ou atestar documentos oficialmente, de forma a dar-lhes autenticidade legal.

Outorgante descreve uma das partes de um contrato. O próprio termo não é facilmente descortinado em dicionários bilingues, o que leva a que se procure pelo seu sinónimo em dicionários monolingues. Assim, o seu equivalente em inglês será *party*, que é, tal como definido pelo Black's Law Dictionary em linha, “a person concerned or having or taking part in any affair, matter, transaction, or proceeding, considered individually”. Preenche bem, portanto, o papel do outorgante que foi visto na habilitação de herdeiros.

Mais facilmente comprováveis foram os dois candidatos a termo que sobejam. O Dicionário Jurídico inglês-português (1991) de Maria Paula Gouveia Andrade enuncia, muito claramente, a solução a assumir: para *bequest* temos a opção de *legado*, que descreve perfeitamente a realidade do documento de partida. A secção 4.22, onde figura o dito termo, descreve o legado e quaisquer dúvidas que daí possam advir.

Por outro lado, para *per stirpes* temos, muito simplesmente, a indicação de que é uma expressão latina que significa *por classes*, ou seja, na secção em questão – 7.1 – há a indicação de que em caso de falecimento dos herdeiros legítimos antes do evento da morte da testadora suceder-lhes-ão os seus próprios herdeiros, por ordem. Diz-se, portanto, que é referente à ordem de preferência dos herdeiros possíveis, havendo também uma indicação para consulta do art. 2133º e seguintes do Código Civil. Estes ditos artigos estão dentro do Título II – Da sucessão legítima – sendo que o próprio art. 2133º se intitula “Classes de sucessíveis”.

Entrando agora nos candidatos a termo e fraseologias ditos de ligação não-convencional, comecemos por analisar *cabeça-de-casal*. Aqui, temos de conhecer a realidade em português para propor um equivalente em inglês. Assim, o dicionário Houaiss constata que se trata do “que tem a posse e a administração dos bens do falecido até à partilha”. Munidos desta aceção, podemos encontrar semelhanças em *head of household*, sinónimo fornecido pelo EUR-Lex, se bem que este termo se revista de exigências sobretudo a nível fiscal. A administração de uma herança recai, apesar de tudo, dentro deste mesmo domínio, mas o equivalente aqui faria pouco sentido. Mais se pode dizer que há aqui uma necessidade de explicar os componentes do termo mais do que o próprio termo: trata-se de uma situação de *exophora*, ou seja, a ocorrência de algo exterior ao texto. A ideia de *head of household* e de *cabeça-de-casal* transmitem o conceito de uma pessoa que está encarregue de uma casa ou de um casal, quando a realidade do termo diverge.

Visto ser preciso um outro equivalente, através de pesquisa livre conseguiu-se encontrar um artigo, por parte do Office of the Public Guardian and Trustee do Yukon, Canadá, que descreve exatamente as obrigações do *cabeça-de-casal* em português, chamando-lhe *estate administrator*. Uma breve pesquisa na internet indica também que este termo tem um elevado número de ocorrências, a par com um sinónimo em *administrator of the estate*. Voltando à questão da *exophora*, mais se confirma esta ocorrência: apesar de ser o seu equivalente, um *head of household* e um *cabeça-de-casal*

transmitem a ideia de uma pessoa encarregue dos seus, ao passo que será admissível, contextualmente, que um administrador seja alguém vindo do exterior da família a que se refere.

Executor, por seu lado, está investido de enorme poder no testamento autêntico em inglês. Podemos contextualmente comparar esta figura à do cabeça-de-casal em português, sendo que preenchem papel semelhante no que toca à autoridade face à herança. No entanto, os seus poderes são amplamente diferenciados, sendo que um existe por necessidade legal – cabeça-de-casal – e o outro é nomeado pelo testador, ainda em vida – executor. Assim, olhemos para a definição de executor. No dicionário Merriam-Webster em linha, na rubrica legal, encontramos “a person named by a testator to execute or carry out the instructions in a will”, indicando, também, que se deve confrontar com o verbete “Administrator”. Ora, esta figura do administrador ficou vista na questão do cabeça-de-casal, mas é aqui dito que esta figura é nomeada por tribunais, não pelo testador. Assim, pode-se confirmar o equivalente proposto anteriormente, sendo que para este será necessário encontrar outro que reflita a realidade jurídica. A base de dados IATE propõe *testamenteiro*, que define como “pessoa encarregada pelo testador de vigiar o cumprimento do seu testamento ou de o executar, no todo ou em parte”. Este significado parece encaixar, portanto na rubrica, de executor.

Por outro lado, a fraseologia *free from her husband's marital power* é, tal como mencionado na análise, um resquício da cultura predominantemente patriarcal do país de origem do documento. Assim, esta expressão está contemplada no vernáculo jurídico desta cultura, sendo utilizada e muito bem para defender o direito jurídico da herdeira face à sua herança propriamente dita. Para esta expressão será, portanto, difícil de encontrar um equivalente contemplado na Lei portuguesa, visto o nosso sistema admitir igualdade de circunstâncias e de poderes independentemente do sexo. Trata-se, portanto, de um exercício em tradução cultural, visto que esta fraseologia se sobrepõe à lógica da tradução. Uma proposta possível seria *livre do poder conjugal do marido*.

O nosso penúltimo candidato a termo reflete um cargo elevadíssimo no sistema jurídico do país de origem do testamento. *Master of the High Court* é, como o cognome indica, o chefe daquele tribunal específico. Um termo deste género apresenta desde logo uma enorme dificuldade: os sistemas jurídicos entre países raramente encontram semelhanças, especialmente em países de língua inglesa em que muitas vezes o sistema vigente prende-se com a aplicação de leis diferentes. Assim, será necessário efetuar uma pesquisa para entender o termo na sua cultura de partida, algo que já tem vindo a ser repetido ao longo desta dissertação, provando, mais uma vez, que tudo só tem significado dentro do seu contexto.

A pesquisa por mim efetuada passou por um documento intitulado *Juízes na Europa. Formação, selecção, promoção e avaliação*, por parte da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Neste artigo, indica-se que “os High court judges (juízes do Tribunal Superior) desenvolvem a sua atividade neste órgão jurisdicional, no qual se resolvem as matérias civis mais complexas” (p. 84). Isto trata-se, portanto, de uma circunstância absolutamente idílica – não só nos é dada uma definição completa do termo em inglês, mas é-nos também fornecida uma equivalência em português. Se “High court judges” são juízes do Tribunal Superior, e tendo em conta que na nossa cultura portuguesa se admite a figura de presidente do nosso mais alto tribunal – Supremo Tribunal de Justiça –, então o nosso candidato a termo poderá ter solução em Presidente do Tribunal Superior do país de origem do testamento.

Por fim, resta-nos a ideia do *inventário orfanológico*. Propositadamente deixado para o final, este será o candidato a termo que mais dificilmente terá um equivalente aceitável na nossa língua de chegada. Por um lado, a questão do inventário é facilmente resolvida: *inventory* é o equivalente fácil e imediato. Por outro lado, a questão do orfanológico prende-se com a ideia já dada na secção desta dissertação dedicada a este instrumento (pp. 36-37). De acordo com o dicionário Houaiss, orfanológico é também “relativo à legislação de defesa dos órfãos ou ao processo judicial que lhes diga respeito”. Está, portanto, contemplado na Lei portuguesa.

Tentando outra via – a etimologia – desconstruir a palavra revela que orfanológico tem origem em orfanologia com o sufixo *-ico*. Orfanologia, por seu lado, é formada pelo elemento de composição *orfan-* + vogal de ligação *-o-* + elemento de composição pospositivo *-logia*. Admitindo que este elemento pospositivo forma substantivos na área das ciências e que *orfan-* indica que está “privado dos pais”, então orfanológico é o ramo da ciência, neste caso jurídica, que se debruça exatamente sobre o próprio órfão, o que vem ao encontro da aceção já mencionada. Faltaria aqui encontrar as mesmas raízes na língua de chegada para construir um vocábulo equivalente, que daria em algo como *orphanological inventory*. No entanto, esta construção aparece só com um resultado aquando de uma pesquisa na internet, provando que não é utilizado na cultura de chegada. Coloca-se à prova a experiência do tradutor, que terá de se perguntar: será que uma equivalência dinâmica (p. 15) é a solução ideal?

Através do conhecimento cultural derivado de vários anos de contacto com a língua, o qual é confirmado através de uma breve pesquisa, encontra-se muitas vezes referências a *trust fund* na cultura de chegada. Este termo, de acordo com a rubrica legal do dicionário Merriam-Webster, é “property (as money or securities) settled or held in a trust”. Ou seja, poderá ser um conjunto de bens móveis ou garantias estabelecidas num *trust*, que, por seu lado, é “a fiduciary relationship in which one party holds legal title to another's property for the benefit of a party who holds equitable title to the property”. Poderá aqui inscrever-se a situação do inventário orfanológico: há um órfão a quem foram deixadas posses, mas que não as pode ainda administrar.

Procurando, por outro lado, na língua inglesa, encontra-se referência a Orphans’ Court, o que parece coadunar-se com a ideia legal apresentada para orfanológico. Existe também, por parte da California Highway Patrol, uma referência a um trust fund para órfãos e viúvas de elementos da polícia que são mortos em ação; nesta situação, será um fundo admitido para os referidos beneficiários em virtude da morte de uma pessoa, mas que não lhes é, claramente, legado em última vontade: não há um testador.

Tendo toda esta investigação em conta, resta saber qual o equivalente a propor. Vista por um lado a etimologia, por outro lado a procura de um equivalente funcional, passemos à utilização da estratégia de Nida (citado em Albir e Molina, 2002) da paráfrase. Ao utilizar uma paráfrase para explicitar o verdadeiro conceito por trás deste termo, creio que a melhor solução seria uma fraseologia terminológica: *inventory in a trust fund for orphans*. Esta solução guarda a ideia do inventário, que é o propósito do documento, o qual muitas vezes atinge as dezenas de páginas, bem como o propósito do orfanológico – pretende-se aqui averiguar o que é que os herdeiros órfãos irão cada um receber face aos bens que são inventariados. Conta, portanto, com as três partes essenciais averiguadas neste candidato a termo: a ideia do inventário, do fundo ou legado deixado e a ideia de que é para um ou para uma pluralidade de órfãos. Esta proposta foca-se mais numa análise tradutológicas do que propriamente terminológica, uma vez que o conceito é demasiado complexo para ser explicitado por um só termo. É preciso, portanto guardar todos os traços do conceito, que, creio, é conseguido através da proposta efetuada.

Em conclusão, e vista esta breve análise terminológico-discursiva e as estratégias utilizadas para resolver as questões, segue-se um quadro sumário com as ilações desta secção.

Equivalência convencional	
Autor da herança	<i>De cujus</i> / Author of the inheritance
Notário	Notary public
Outorgante	Party
Bequest	Legado
<i>Per stirpes</i>	<i>Per stirpes</i> / Por classes
Ligação não-convencional	
Cabeça-de-casal	Estate administrator / Administrator of the estate
Inventário orfanológico	Inventory in a trust fund for orphans
Executor	Testamenteiro
Free from her husband's marital power	Livre do poder conjugal do marido
Master of the High Court	Presidente do Tribunal Superior do país

Tabela 7 - Propostas de solução para alguns candidatos a termo

Considerações finais

Chegado agora o fim deste trabalho, resta analisar se cumpriu os objetivos a que se propôs: analisar o género documental testamento e habilitação de herdeiros, bem como os seus papéis na sociedade, e fornecer algumas soluções a nível terminológico-discursivo.

Por um lado, houve uma abordagem teórica que pretendia aprofundar a informação que seria relevante trazer para esta análise. Sobretudo ao nível de contexto de situação e de cultura, o enquadramento fornecido ajuda a orientar a leitura analítica a que se procedeu. Seguindo depois pela contextualização histórico-legal, verificou-se qual a origem propriamente dita do testamento e como é que surge a habilitação de herdeiros e o seu papel na esfera jurídica.

Procedeu-se, depois, a dar o contributo pessoal a esta temática – através de análise documental e exemplificação de metodologias para a procura de equivalentes no plano terminológico. Deste modo, forneceu-se, primeiro, as bases com que interpretar os preceitos que se seguiram, edificando sobre estes com o dito contributo pessoal, tornando esta dissertação um trabalho de interesse atual e futuro do mestrando como tradutor.

De igual forma, a nível pessoal conseguiu-se adquirir também alguma riqueza cultural, jurídica, histórica e tradutológica. A título de exemplo, quando se lê este género documental em ambas as línguas verifica-se que toda a minúcia, quase preciosista, tem o seu lugar de ser, mas a maneira como os documentos em português vão além do esperado e salvaguardam tudo o possível – incluindo o género de papel utilizado na certificação da própria habilitação – ao mesmo tempo que cometem erros básicos na datilografia do documento não deixa de criar um certo efeito humorístico para quem se debruce sobre tal certidão.

A indicação das origens do testamento tem também um elemento de cultura geral que foi aqui adquirido ao longo deste trabalho, o qual ajuda a entender melhor a

sociedade e a cultura que nos rodeia. Papel semelhante cumpriu também a breve e impessoal análise jurídica que coube nesta dissertação, ajudando a perceber como é que o legislador pensa em todas as circunstâncias para melhor poder, enfim, legislar – contemplando virtualmente todos os cenários possíveis, incluindo as vertentes administrativas e burocráticas presentes na figura do notário.

É importante notar que no âmbito desta dissertação não surgiu uma tradução propriamente dita, mas ela esteve sempre presente e subjacente a nível pragmático, cultural, linguístico e institucional. Compara-se aqui as realidades jurídicas de documentos diferentes, sendo que algumas marcas parecem ser transculturais embora sejam, evidentemente, de culturas diferentes. O testamento, por exemplo, confirma a execução de uma vontade própria para além da morte: é a necessidade de comunicação *post mortem*.

Assim, termina-se este trabalho com algumas propostas de investigação futura. Pegando nas ideias aqui expostas, seria porventura interessante averiguar o porquê de haver tanto receio em partilhar documentos autênticos, por parte do testador, do testamenteiro ou do próprio beneficiário, quando a sua informação pessoal e identificadora é devidamente barrada – será simplesmente uma questão pessoal ou será que há uma veia cultural na sociedade que faz pensar que o testamento é algo marcadamente pessoal e intransmissível? Pelo lado mais prático, elaborar um glossário que sistematizasse as respostas terminológicas e tradutológicas deste género documental poderia ser um projeto futuro interessante, dado o seu contexto formal e jurídico.

Resta-nos, portanto, esperar que este contributo seja útil para quem venha a trabalhar na área e utilize as metodologias aplicadas às instâncias identificadas nesta dissertação.

Bibliografia

- Albir, A. H. e Molina, L. (2002). Translation Techiques revisited: A dynamic and functionalist approach. *Translators' Journal*, 47(4), 498-512. Disponível em <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/2002-v47-n4-meta688/008033ar.pdf>
- Andrade, M. P. G. e Saraiva, A. D. (1991). *Dicionário jurídico: inglês-português*. Porto: ECLA.
- Bhatia, V. K. (2015). Critical genre analysis: Theoretical preliminaries. *Hermes – Journal of Language and Communication in Business*, 27(54), 9-20. doi: 10.7146/hjlc.v27i54.22944
- Black's Law Dictionary. (2017). Dicionário jurídico em inglês. Disponível em <http://thelawdictionary.org/>
- Cabré, M. T. (2003). Theories of terminology: Their description, prescription and explanation. *International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication*, 9(2), 163-199. doi: 10.1075/term.9.2.03cab
- Chesterman, A. e Wagner, E. (2002). *Can theory help translators? A dialogue between the Ivory Tower and the Wordface*. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Código Civil Português. (1867). Disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Codigo-Civil-Portugues-de-1867.pdf>
- Código Civil Português. (2016). Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis
- Código do Registo Civil Português. (1995). Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=682&tabela=leis
- CONFERÊNCIA APRESENTADA NO ÂMBITO DO MESTRADO DE DEMOGRAFIA, Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004 – “Conferência Apresentada no Âmbito do Mestrado de Demografia”. [S.l.:s.n., 2004]²

² Esta referência, relativa a Durães (2004), é conforme à norma de referenciação que figura no próprio documento. Decidi aqui seguir a vontade exposta no documento e não assumir a norma da APA.

- EUR-Lex. (2017). Acesso ao direito da União Europeia. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>
- Fenton-Smith, B. (2005). Theorizing “Context” for Text Analysis. *NUCB JLCC*, 7(1), 109-119. Disponível em <http://ci.nii.ac.jp/els/contents110004030979.pdf?id=ART0006288758>
- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. (2017). Jurislingue [glossário jurídico]. Disponível em <http://jurislingue.gddc.pt/>
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. In Cole (Ed.), *Syntax and semantics 3: Speech arts*. (pp. 41-58). Disponível em <http://www.ucl.ac.uk/ls/studypacks/Grice-Logic.pdf>
- Gutt, E-A. (1989). *Translation and Relevance*. (Tese de Doutoramento, Universidade de Londres). Disponível em <http://discovery.ucl.ac.uk/1317504/1/241978.pdf>
- Houaiss. (2017). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Acesso reservado a utilizadores na rede da Universidade de Aveiro. Disponível em <http://houaiss.web.ua.pt/>
- IATE. (2017). Portal de Terminologia Interinstitucional da Europa. Disponível em <http://iate.europa.eu>
- Ligüerre, C. G. (2015). *Juízes na Europa: Formação, selecção, promoção e avaliação*. Disponível em <https://www.ffms.pt/FileDownload/01a3df5c-2d50-42c7-b4ef-27aca3e90aa3/juizes-na-europa>
- Merriam-Webster. (2017). Dicionário em inglês. Disponível em <https://www.merriam-webster.com/>
- Moreira, A. (2013). *A componente cultural na aula de Espanhol/Língua Estrangeira*. (Tese de Mestrado, Universidade do Porto). Disponível em https://sigarra.up.pt/flup/pt//pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=474854
- Nord, C. e Vermeer H. J. (2014). *Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained* [PDF]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=QOpQAwAAQBAJ>

- Office of the Public Guardian and Trustee of Yukon. (2016). *Duties of an Estate Administrator: Estate Administration Self-Help Guide*. Disponível em http://www.publicguardianandtrustee.gov.yk.ca/pdf/1_duties_estate_admin_e_n.pdf
- Pinto, M. (2001). Quality Factors in Documentary Translation. *Translators' Journal*, 46(2), 288-300. doi: 10.7202/003840ar
- Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política* (1984). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Roberto, M. T. (2011). Relevance in Specialised Translation. [documento PPT]. Material de curso de Inglês I - Práticas Avançadas de Tradução, disponível na plataforma de aprendizagem *online* da Universidade de Aveiro em elearning.ua.pt
- Sperber, D. e Wilson, D. (1985, reedição de 2002). Relevance Theory. Disponível em http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/02papers/wilson_sperber.pdf
- Teles, J. M. (1941). Há lugar a inventário orfanológico quando um dos herdeiros for falido ou insolvente?. *Revista da Ordem dos Advogados*, 2(4), 696-706. Disponível em <http://www.oa.pt/upl/%7B8710C3BB-CF7F-4A54-AFED-792888CEBF95%7D.pdf>
- Venuti, L. (2008). *The Translator's Invisibility: A History of Translation* [PDF]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=ha2ffpkivjQC>
- Vilaça, O. (2010). Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos?: Os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX). In Imprensa da Universidade de Coimbra (Eds.). *Portas Adentro: Comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*. (pp. 237-250). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Anexos

Anexo I – Folha de rosto de inventário orfanológico



TRIBUNAL JUDICIAL DE AVEIRO

CERTIDÃO

PROC. Nº

JUÍZO:

SECÇÃO:

ARQUIVO

MAÇO/ANO:

PROC. N

**

, escrivão-auxiliar a prestar
serviço na Secção Central - Arquivo - do Tribunal Judicial de Aveiro. –

*

CERTIFICA

Que as cópias apenas a esta certidão estão conforme o original de
fls.7, 8, 26 a 31, 35 a 39, 42 a 45, 49vº e 50.--

#

Extraídas dos autos de **INVENTÁRIO ORFANOLÓGICO Nº**
em que é(são) inventariado(a)(s)
e cabeça de casal

#

Que leva trinta e seis folhas devidamente numeradas e rubricadas
por mim e todas elas autenticadas com o selo branco em uso neste
Tribunal.-

#

Narrativamente ainda certifico que a partilha foi homologada por
sentença, devidamente notificada e transitou em julgado. --

#

É o que me cumpre certificar à vista dos autos a que me reporto e de
harmonia com o que me foi solicitado pelo(a) Sr.(ª)
, destinando-se esta certidão para efeitos de
registro.--

Aveiro, 02 de Fevereiro 2000

O oficial de Justiça,

Anexo II – Página exemplificativa do teor do inventário orfanológico



COMARCA DE AVEIRO
SECRETARIA JUDICIAL

DESCRIÇÃO DE BENS

Aos dois dias do mês de Julho de mil novecentos e
[redacted], nesta cidade de Aveiro e Secreta-
ria Judicial passei a fazer a descrição de bens nos
autos de inventário orfanológico a que se procede
por óbito de [redacted], que foi
de Aveiro, pela maneira seguinte:-----

DINHEIRO

Nº 1

A quantia de trinta e cinco mil quatrocentos oiten-
ta cinco escudos e quatro centavos, saldo da percen-
tagem do inventariado nos lucros da

,que

ele não tinha levantado -

35.45\$04

ACÇÕES NOMINATIVAS - Da

de responsabilidade li-

mitada com sede em Aveiro, deno-

minada]

,do valor de cem

escudos cada uma, sem cotação

mas que segundo uma certidão

passada pelo corretor oficial

de Cambios da Camara dos Corre-

tores de Lisboa se pode atri-

A Transportar

35.485\$04

Anexo III – Habilitação de herdeiros 1

640/57

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

*** SEGUNDO CARTÓRIO ***

NOTÁRIO: [redacted]

CERTIFICO, que a presente certidão de teor integral, extraída por fotocópia,

com quatro folha (s), é conforme ao original da escritura lavrada de

folha [redacted] a [redacted]

do livro de notas para **ESCRITURAS DIVERSAS** número

[redacted], deste Cartório.

SEGUNDO CARTÓRIO DA SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO, aos

sete de fevereiro do ano dois mil.

O Ajud./Esc. Sup.

[redacted]

CONTA:

Artº 8 nº 1 1000 \$00

São: um escudos

Registada sob o nº [redacted]

11/11/14

HABILITAÇÃO

no dia catorze de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, na secretaria notarial de Aveiro, perante mim licenciado _____, notário do segundo cartório, compareceram como outorgantes: _____

_____, casado, morador na rua _____, desta cidade e daqui natural da freguesia da glória; _____

_____, casada, moradora na _____, freguesia de Santa Joana, deste concelho e natural de Águeda e _____

_____, solteira, maior, moradora na rua _____, em vilar, freguesia da glória, desta cidade e dessa freguesia natural. _____

_____ verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal. _____

_____ E declararam que no dia vinte e três de outubro do ano corrente de mil novecentos e oitenta e nove, no seu domicílio à Rua _____

_____, freguesia da Vera-Cruz, desta cidade, faleceu Jurdas _____, ou Lourdes _____

_____ ou ainda Lourdes _____, natural da freguesia dita da Vera-Cruz, no estado de viúva de _____

_____ A falecida não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e, como herdeiros legítimos, sucederam-lhe os filhos: _____

_____,
viúva, natural da freguesia de _____, do concelho de de paredes e moradora na Rua _____

_____, desta cidade; _____

_____,
natural da mencionada freguesia da vera-cruz e moradora na Rua _____, no porto e casada sob o regime da comunhão geral de bens com _____

_____ ; _____

_____, natural da dita freguesia da vera-cruz e moradora na Rua d _____ freguesia de perafita, do concelho de Matosinhos e casada sob o regime da comunhão geral de bens com _____ ; _____

_____, divorciado, natural da freguesia de pessegueiro do vouga, do concelho de sever do vouga e morador na Rua _____

_____, desta cidade de Aveiro; _____

_____, natural da mencionada freguesia da vera-cruz e moradora na Quinta _____, freguesia de Esqueira, desta cidade e casada sob o regime da comunhão de adquiridos com _____

150.0.

(15)

_____, natural da
freguesia do cabo da praia, do concelho da praia da vitória,
Açores e moradora na Rua _____, freguesia
de esgueira, de ~~esgueira~~, desta cidade e casada sob o re-
gi e da comunhão de adquiridos com _____.

_____, têm perfeito conhecimento destes factos, e
por isso, afirmam para todos os efeitos de direito, que
os indicados filhos, são os únicos e universais herdei-
ros da falecida, não havendo quem lhes prefira ou com
els concorra.

_____, Arquivo a fotocópia do assento de óbito da
herança _____ e as de registo de nascimento dos indicados
herdeiros.

_____, Esta escritura foi lida e o seu conteúdo ex-
plicado aos outorgantes, em voz alta, na presença simul-
tânea de todos.

Formato A4 (210x297) - Tip. Naldio, Lda Tomar

Anexo IV – Habilitação de herdeiros 2

Preparo nº ____/____

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

* PRIMEIRO CARTÓRIO *



NOTÁRIA:

CERTIFICO. que a presente certidão de teor integral, extraída por fotocópia, com três folha(s), é conforme ao original da escritura lavrada de folhas ____ a ____ do livro de notas para **ESCRITURAS DIVERSAS** número ____ deste Cartório.

PRIMEIRO CARTÓRIO DA SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO, aos sete de Febrero do ano dois mil

O Ajud./Esc. Sup.

CONTA:

Artº 8º nº 1 1000 \$00

São: mil escudos

Registada sob o nº ____

*Jes
Nave*

	- HABILITAÇÃO -	
	No dia vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e oitenta e sete, na Secretaria Notarial de Aveiro, perante mim, Licenciado	
	do _____, notário do Primeiro Cartório, compareceram como outorgantes:	
	1. _____, casada, residente na	
	Rua _____, desta cidade, e natural	
	da freguesia de Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeméis;	
	2. _____, casado, residente na	
	_____, desta cidade, e daqui	
	natural da freguesia da Vera-Cruz; e,	
	3. _____, casado, residente no lugar e freguesia	
	de Sangalhos, concelho de Anadia, e natural da freguesia e con-	
	celho de Ovar.	
	Verifiquei a sua identidade por conhecimento pessoal.	
	Por eles foi dito:	
	Que, no dia seis de Maio de mil novecentos e oitenta e seis,	
	no Hospital de Aveiro, à freguesia da Glória, desta cidade, fale-	
	ceu _____, natural da mesma	

a, concelho de Matosinhos; e natural da
mencionada freguesia da Vera-Cruz;

_____, divorciado, residente

...em Aveiro, e natural da freguesia de Pessegueiro do Vouga,
concelho de Sever do Vouga; e,

regime de comunhão de adquiridos, com

em Lagueiro, desta cidade, e natural da citada freguesia da
Vera-Cruz.

Que, não existem outras pessoas que, segundo a Lei, preferam aos indicados herdeiros ou que com eles concorram à sucessão por óbito de seu marido e pai.

Asein outorgaram.

Arquivo: uma fotocópia do assento de óbito do autor da he-
morragia; do registro do seu casamento; e seis de registro de
nascimento dos filhos.

Tinham outorgantes, em voz alta, a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, na presença simultânea de todos.

From J. C. ...

Anexo V – Habilitação de herdeiros 3

Preparo nº _____

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

*** PRIMEIRO CARTÓRIO ***

NOTÁRIA: _____

CERTIFICO. que a presente certidão de teor integral. extraída gratuitamente por fotocópia. com 12 folha(s). é conforme ao original da escritura lavrada de folhas _____ do livro de notas para ESCRITURAS DIVERSAS número _____ deste Cartório.


PRIMEIRO CARTÓRIO DA SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO, aos 3 de fevereiro do ano dois mil.

O Ajud./Esc. Sup. _____

ISENTO:

Artº 164. nº 3 do Código do Notariado

Registada sob o nº _____



Livro	Folhas

HABILITAÇÃO

No dia três de Fevereiro do ano dois mil, na cidade e Primeiro Cartório Notarial de Aveiro, perante mim, Lic. _____, compareceu o declarante:-----

_____, titular do B.I. nº _____, de Aveiro, natural da freguesia de Vera Cruz, concelho de Aveiro, residente na Rua _____, na cidade de Aveiro, casado no regime da comunhão de adquiridos com _____

Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do referido bilhete de identidade.-----

E por ele foi declarado:-----

Que desempenha as funções de cabeça de casal na herança aberta por óbito de seus pais, os abaixo identificados _____ e mulher _____

No exercício dessas funções, declara :-----

Que no dia sete de maio de mil novecentos e cinquenta e nove, na freguesia de Socorro, concelho de Lisboa, faleceu o aludido _____, natural da freguesia de Vera Cruz, concelho de Aveiro, com última residência habitual na cidade de Aveiro, na Rua _____, dita freguesia de Vera Cruz, no estado de casado com a aludida _____ segundo o regime da comunhão geral, em únicas núpcias dele e primeiras dela, sem ter feito testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como únicos e universais herdeiros, quatro filhos, ele declarante, e:-----

_____, solteira, maior, natural da
mencionada freguesia de Vera Cruz, residente na Rua _____ na cidade
de Aveiro;-----

_____, solteira, maior, natural da
mesma freguesia de Vera Cruz, residente na Travessa _____,
edifício _____ freguesia da Gafanha da Nazaré, concelho de Ilhavo, e
_____, natural da mencionada
freguesia de Vera Cruz, residente na Rua _____, Edifício _____
_____, na cidade de Aveiro, e-----

Que no dia vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e três, na
freguesia da Glória, concelho de Aveiro, donde era natural, faleceu a aludida

_____, com última residência habitual na Rua _____,
freguesia de Vera Cruz, concelho de Aveiro, no estado de viúva daquele _____,
sem ter feito testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo
deixado como únicos e universais herdeiros, os mesmos quatro filhos, e-----
que não há outras pessoas que com eles possam concorrer à sucessão.-----

Adverti o outorgante de que incorre nas penas aplicáveis ao crime de
falsas declarações perante oficial público se dolosamente, e em prejuízo de
outrem, tiver prestado declarações falsas.-----

Arquivo: certidão de óbito dos falecidos e certidões de nascimento dos
herdeiros.-----

Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo, ao outorgante, em
voz alta, na sua presença, pelas dezassete horas e quinze minutos.-----

Anexo VI – Testamento em inglês

LAST WILL AND TESTAMENT

I, the undersigned,

[Identity Number: _____]

declare do make and execute my Will as follows:

1. REVOCATION

I revoke all former testamentary acts made by me.

2. INTERPRETATION

In this Will, unless inconsistent with the context:

2.1 Words importing the masculine gender shall include the feminine and *vice versa*;

2.2 Words importing the singular shall include the plural and *vice versa*;

2.3 Children shall mean my children:

2.3.1 my son, _____, identification
Number: _____;

2.3.2 my daughter, _____,
(nee _____) (I) _____ identification Number: _____

AS WITNESSES:

1 _____

2 _____

TESTATRIX

2.3.3 my daughter,
 (nee) (Identification Number:
);

2.3.4 my daughter,
 (nee) (Identification
 Number:)

2.5 Grandchild shall mean (I
 Identification Number:)

2.6 Clause headings are for reference purposes only.

3. APPOINTMENT OF EXECUTOR

3.1 I nominate and I
 jointly as the Executors of
 my estate, hereby granting unto my Executors all powers as are
 allowed in law, and in addition, the power of assumption.

3.2 I direct that my Executors shall not be called upon to furnish security to
 the Master of the High Court, or any other or to any other person or
 body any security whether under the Administration of Estates Act,
 1965, the Trust Property Control Act, 1988, or any other law for the time
 being in force, for the due and proper fulfilment by them of the duties
 devolving upon them in their capacity as Executors, and the Master of
 the High Court is hereby directed to dispense with such security.

3.3 The Executors for the time being shall charge fees in respect of
 remuneration for the administration of my Estate in the sum of no more

AS WITNESSES:

1 _____

2 _____

TESTATRIX

Without prejudice to any powers, authorities or exceptions hereby or by law granted to my Executors, my Executors shall have the power in their discretion and on behalf of my estate to:

- 4.1 sell all or any assets, whether by public auction, private treaty or otherwise;
- 4.2 carry on any business venture or partnership in which I may be engaged at the time of my death;
- 4.3 enter into leases whether as landlord or tenant;
- 4.4 compromise claims in favour of or against my estate;
- 4.5 exercise any option or take up any rights to which I or my estate may be entitled;
- 4.6 borrow such money with or without security as my Executors in their sole discretion decide is required to preserve or enhance the assets of my estate to facilitate the liquidation and distribution thereof;
- 4.7 generally enter into any contracts and to do all such things as my Executors may consider necessary or desirable in the interests of my estate;
- 4.8 exercise all such powers and authorities as are required or allowed in law and especially the power of assumption;

1

TESTATRIX

2

- 4.9 agree and settle accounts with all persons liable to account to my estate and settle accounts with all persons receipts, releases and discharges; to pay or allow any debt or claim on any evidence which they think sufficient; to accept any composition or any security, movable or immovable, for any debt or to waive payment of any debt or allow any time for payment; to compromise, compound, abandon, submit to arbitration or otherwise settle any debt, account, claim or thing whatever relating to my estate and, for any of those purposes, to enter into, give, execute and do all such acts and things as to they may seem expedient without being liable for any loss occasioned by any act or thing so done by them in good faith;
- 4.10 charge and be paid out of my estate the normal fees of office as Executors as permitted or prescribed by law. Any Executors being an attorney, accountant or other person engaged in any profession, shall in addition be entitled to charge and be paid all usual professional and other fees for work done by them or any person appointed by them in connection with my estate;
- 4.11 retire from office at any time without the sanction of an order of a competent court.
- 4.12 expend money on the preservation, maintenance and enhancement of the assets in my estate;
- 4.13 leave my estate or any portion thereof invested as it may be found at my death for such period as they in their discretion deem fit or upon trust to sell [whether by private treaty or public auction, as they in their discretion may decide], realise, call in or convert into cash so much thereof as they may from time to time in their discretion deem fit, with

AS WITNESSES:

1 _____

TESTATRIX

2 _____

- 4.14 make secured or unsecured loans with or without interest to beneficiaries or to any companies in which my Executors in their representative capacity or the beneficiaries from time to time hold shares;
- 4.15 borrow money in such amounts and upon such terms as they may determine for the purpose of discharging any liabilities of my estate or generally for the purpose of administering my estate and to secure such borrowings by the mortgagee or pledge or other charge of or on any assets which are held by them from time to time;
- 4.16 guarantee debts on such terms as they in their discretion may determine including the renunciation of the benefits of excussion and division;
- 4.17 in their discretion to allow any person to occupy any immovable property or use any movable property forming part of my estate;
- 4.18 carry on or discontinue as they in their discretion deem fit any business or partnership which forms part of my estate;
- 4.19 open and operate a banking account in the name of my estate, sign and draw cheques, withdraw from the account and to deposit therein

AS WITNESSES:

1 _____

2

ESTATIA

5.

AS W

1.

2

TESTATRIX

6. DEVOLUTION OF MY ESTATE

6.1 I nominate my children and grandchild:

6.1.1 my son, _____ (Identification
Number: _____);

6.1.2 my daughter, _____
(nee _____) (Identification Number: _____
_____);

6.1.3 my daughter, _____
(nee _____) (Identification Number: _____
_____);

6.1.4 my daughter, _____
(nee _____) (Identification
Number: _____);

6.1.5 my granddaughter, _____
(_____) (Identification Number: _____);

to be the sole heirs, in equal shares, of my Estate of whatsoever nature or kind and wheresoever situate, whether movable or immovable, corporeal or incorporeal and whether the same be in possession, reversion, remainder, expectancy or contingency, as their sole and absolute property to be dealt with as they deem fit.

AS WITNESSES:

1 _____

2 _____

TESTATRIX

7. SUCCESSORS TO HEIRS

7.1 If any of my heirs predecease me or die before having received the whole of her inheritance and leave lawful children surviving them, then such children shall succeed to the inheritance, or the balance thereof, as the case may be, by representation and *per stirpes*.

7.2 If such heir should die without leaving children as aforesaid, then his/her inheritance shall devolve in equal shares upon my surviving heirs, the children of the deceased heir to succeed by representation to their deceased parent.

8. HEIRS RIGHTS AND HOPES

My Executors shall be entitled to refuse to recognise and to treat as null and void any cession, assignment or pledge of the rights or hopes of any beneficiary hereunder. No rights or hopes of any heir under this Will nor any part thereof shall be attachable by any creditor of such beneficiary or vest in his or her Trustee in insolvency. If, prior to any payment being made to any heir, she shall have committed or suffered any act, default or process of law whereby such rights or hopes or any part thereof would, but for the provisions of this clause, become vested in or payable to any other party or parties or if any heir shall be declared insolvent or assign his/her estate in favour of her creditors or if an attachment is made or execution is levied on or against the rights or hopes of any heir or any part thereof, then and in any or all of such cases the rights and hopes of the heir concerned under this my Will shall immediately and entirely thenceforth cease and determine and those rights and hopes will thereupon, subject to the provisos below, devolve upon and vest in such other persons as would be entitled thereto if the heir concerned had died at the time of such cessation and determination, provided that:

AS WITNESSES:

1. _____
2. _____

TESTATRIX

- 8.1 Such heir shall be obliged to repay to my estate any amounts previously paid or advanced to her from my estate;
- 8.2 My Executors shall be entitled, in their sole and absolute discretion, to continue to hold in trust for the lifetime of the heir concerned, or for such lesser period as she may decide on, the share of my estate to which they would, but for the provisions of this clause, have been or become entitled and, without detracting from the other powers conferred on her and subject to such conditions as she may decide to impose, to pay, advance or to apply for her benefit or for the benefit of her maintenance, such portion of the said share of my estate or of the income accruing therefrom as my Executors in their sole and absolute discretion shall deem fit; and
- 8.3 If my Executors do continue to hold the said share of my estate in trust as aforesaid then, notwithstanding that the rights and hopes of the heir will have ceased and determined and notwithstanding anything to the contrary herein contained, such rights and hopes shall on the heir's death, devolve upon the persons entitled thereto by substitution determined as at the date of the heir's death.

9. LOSS OF OFFICE

The office of Executors shall be vacated if:

- 9.1 their estate is sequestrated or they file an application for the surrender of their estate or an application for an administration order, or if they commit an act of insolvency as defined in the insolvency laws for the time being in force, or if they make any arrangements or composition with their creditors generally; or

AS WITNESSES:

1

2

RIX

- 9.2 they become of unsound mind, or is declared Incapable of managing their own affairs; or
- 9.3 they resign their office by written notice;
- 9.4 they are convicted of any crime involving dishonesty.

10. CAPITAL TO HEIRS

Upon the happening of each of my children and grandchild attaining the age of 25 (twenty five) years or such earlier date as the Executors in their sole and absolute discretion may deem fit, my Executors shall, and as soon as they are conveniently able to do so, distribute and pay over to such heir that portion of my Estate and of my accumulated income to which he or she may then be entitled, and thereafter such heir shall have no further interest in or claim against my Estate.

11. MAINTENANCE AND ADVANCEMENT

If any of my children or my grandchild is at the date of my death under the age of 25 (twenty five) years then:

- 11.1 In respect of such child or grandchild ("hereinafter referred to as "such heir"), my Executors shall administer the portion of my Estate to which such heir may become entitled for the benefit of such heir;
- 11.2 My Executors may, in their sole and absolute discretion, use and apply the whole or any portion of the income arising from my Estate for the maintenance, of any such heir. Any income which may be so applied or used by my Executors in terms hereof may at their sole discretion

AS WITNESSES:

1 ☒ _____
 2 ☒ _____

TESTATRIX

be paid either to such heir or to any such beneficiary or to any other person or to any school or university on such heir's behalf. If the income of my Estate I, in the opinion of the Executors, insufficient for the aforementioned purposes or any of them, my Executors shall be entitled to apply or use so much of the Capital of the Estate as they may consider reasonable. Any capital so applied or used shall be brought into account as part of the capital, share or interest to which any such heir may become entitled. Notwithstanding anything to the contrary herein contained, the Executors shall be entitled, in their discretion, to pay any income being distributed to or for the benefit of a minor either to a person having custody of that minor or to the minor himself or herself to make payment for and on behalf of the minor.

12. MAINTENANCE OF SEPARATE ESTATE

Any property accruing to any heir in terms of this Will shall be and remain their separate property; it shall not form part of any accrual regime, or community of property which may exist or come into existence between any heir and her spouse, and in the case of a female heir shall, where applicable, be free from her husband's marital power.

13. PAYMENT IN KIND

My Executors shall not be obliged to realise my Estate at any time but they may make payment of capital in kind.

14. COLLATION

I direct that no heir shall be obliged to collate any benefit received by him or her during my lifetime.

AS WITNESSES:

1 [Signature]

2 [Signature]

[Signature]
TESTATRIX

15. **FUNERAL EXPENSES**

I direct that my Estate pays for all the funeral expenses, inclusive of all travel costs to / associated therewith.

IN WITNESS WHEREOF I have set my signature of _____ on this the _____ day of _____ in the year Two Thousand and Nine [2009] in the presence of the undersigned witnesses, both being present at the same time and who have subscribed their signatures hereto in the presence of each other and in my presence

AS WITNESSES:

1. _____
2. _____
TESTATRIX

AS WITNESSES:

1. _____
2. _____
TRIX